



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1347/05	DATA: 13/9/2005
INÍCIO: 11h31min	TÉRMINO: 14h33min	DURAÇÃO: 03h02min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h02min	PÁGINAS: 62	QUARTOS: 37

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ALDO REBELO – Deputado Federal.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há intervenção fora do microfone.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Convido o Deputado Aldo Rebelo para comparecer à Mesa. (*Pausa.*)

Sras. e Srs. Deputados, a presente reunião tem por finalidade a produção de prova testemunhal com oitiva do nobre Deputado Aldo Rebelo, arrolado como testemunha pela defesa do Deputado José Dirceu. Encontra-se presente o advogado do Deputado José Dirceu; o Relator está ao meu lado, Deputado Júlio Delgado.

A respeito do depoimento da testemunha, tenho alguns esclarecimentos a fazer ao Plenário, de acordo com o que dispõe o art. 12 do Regulamento deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

A testemunha prestará compromisso e falará somente sobre o que lhe for perguntado. Após, será dada a palavra ao Relator, Deputado Júlio Delgado, para as perguntas que poderão ser feitas neste momento e a qualquer momento que entender necessário. Após o Relator, será dada a palavra ao representado ou ao seu procurador para inquirir a testemunha. A chamada para que os Parlamentares inquiram a testemunha será feita de acordo com a lista de inscrições, chamando-se primeiramente os membros titulares deste Conselho e, em seguida, os membros suplentes.

Gostaria novamente de salientar que falarão os membros titulares, posteriormente, os membros suplentes e os Líderes partidários. Havendo tempo, os não-membros poderão falar posteriormente. O Deputado, quando usar da palavra, não poderá ser aparteado, e a testemunha não será interrompida, exceto pelo Presidente ou pelo Relator. Quando a testemunha se fizer acompanhar de advogado, este não poderá intervir.

Gostaria de lembrar também aos Srs. Deputados que vamos fazer esta sessão com o Deputado Aldo Rebelo, vou suspender a sessão no final, e continuaremos com o Deputado Eduardo Campos, às 14h30, e, posteriormente, com o Deputado Arlindo Chinaglia, às 18h.

Entregarei ao nobre Deputado Aldo Rebelo o termo de compromisso, que passo a ler:



*Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 4, de 2005 (Representação nº 38, de 2005, do PTB, movida contra o Deputado José Dirceu).*

*Sala das Reuniões, em 13 de setembro de 2005.*

*Deputado Aldo Rebelo.*

Inicialmente, concedo a palavra ao Deputado Aldo Rebelo.

**O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

**O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA** - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma ponderação. Na representação apresentada pelo Partido Trabalhista Brasileiro contra o Deputado José Dirceu foram arroladas 4 testemunhas: o Sr. Marcos Valério Fernandes Souza, a Sra. Renilda Maria Santiago Fernandes Souza, a Sra. Kátia Rabelo e o Sr. Flávio Guimarães. Hoje, estamos ouvindo uma testemunha arrolada pela defesa.

Portanto, há, na oitiva do Deputado Aldo Rebelo, uma inversão processual. Ou seja, há a necessidade de, primeiro, conforme prevê o devido processo legal, conforme prevê o exercício pleno da defesa, que as testemunhas arroladas pela acusação, pela inicial, prestem esclarecimentos antes do que as testemunhas da defesa. Isso é um princípio constitucional e um princípio do devido processo legal. V.Exa. sabe muito bem, e outros Parlamentares que são advogados conhecem esse princípio. Portanto, caso a testemunha Aldo Rebelo preste depoimento hoje, esse procedimento estará nulo por cerceamento de defesa. Para que não se alegue lá na frente que a defesa quer tumultuar o processo, que a defesa quer... Enfim, não é essa a intenção nossa, quero deixar isso consignado desde logo. E quero também aproveitar a oportunidade, no tocante... Pelo que consta, o Relator solicitou os depoimentos do Sr. Marcos Valério e da Sra. Renilda Maria também e que seriam dispensados os depoimentos deles pela informação que eu tenho, eles não seriam ouvidos no primeiro momento. Isso também, no modo de ver da defesa, fere o



princípio da defesa, porque nós não tivemos a oportunidade de estabelecer o contraditório previsto em lei. Então, eram essas as ponderações que queria colocar a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Gostaria de explicar a V.Sa. que realmente isso é uma norma processual. No Conselho de Ética é bem diferente, por algumas razões. Primeira delas, nós não podemos obrigar as testemunhas a comparecer. Então, nós encaminhamos um ofício, alguns responderam, outros nem responderam, não marcaram datas. Então fica tudo muito mais difícil para nós. Então é bem diferente. É uma norma processual, como V.Sa. disse, não é constitucional, mas é processual. Mas, de qualquer maneira, aqui o Conselho de Ética é bem diferente, porque inclusive nós não podemos obrigar ninguém a vir, a comparecer. Nós sugerimos, pedimos. De qualquer maneira, também V.Exa. posteriormente, nas razões finais, poderá alegar isso, e o Relator também responderá à V.Sa.

**O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA** - Obrigado, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Aldo Rebelo.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Sr. Presidente, prezado Deputado Ricardo Izar, Sr. Relator, Deputado Jairo Carneiro, Sr. Relator, prezado amigo e Deputado Júlio Delgado, Srs. Deputados, Sra. Deputada Ann Pontes. Sabe V.Exa., Sr. Presidente, que, desde o primeiro momento em que fui arrolado como testemunha pelo eminente Deputado José Dirceu, pus-me à disposição de V.Exa., havendo apenas, num primeiro momento, a coincidência de uma agenda, numa quarta-feira, quando tomava posse a Diretoria da União Nacional dos Estudantes, que, por laços políticos e sentimentais, quase que me obrigava o comparecimento àquela sessão de posse. Mas disse a V.Exa. que estava disposto, no dia seguinte ou a qualquer hora marcada por V.Exa. e pelo Relator, a comparecer a este Conselho e prestar o meu depoimento. Conta o filósofo alemão Hegel que, certa feita, numa conversa entre o Imperador Napoleão Bonaparte e o poeta alemão Goethe, o poeta Goethe perguntou a Napoleão qual era o sentido e qual era a diferença da tragédia antiga para a tragédia contemporânea. E Napoleão respondeu que a tragédia antiga,



dos persas e dos gregos, diferia fundamentalmente da tragédia moderna pela invenção da política, a criação da Roma republicana, quando os homens assumiram os seus respectivos destinos e subtraíram dos deuses a possibilidade de lhes desenhar o futuro. E é verdade que, na Grécia Antiga e no mundo persa, os imperadores, os generais, os comerciantes, as famílias consultavam os oráculos e os deuses determinavam o resultado das batalhas, das guerras e do futuro das pessoas e dos negócios. Com a fundação da República romana, os homens subtraíram dos deuses e transferiram para a política o destino das suas respectivas tragédias e assumiram também essa responsabilidade. Portanto, dizia Napoleão, o nome da tragédia contemporânea é a política. A própria Roma conheceu a tragédia já na figura de César. O próprio Napoleão também conheceu, no meio da vida, na Ilha de Santa Helena e, depois, na Ilha de Elba, a tragédia. E o Brasil, como sociedade contemporânea e moderna, teve também, ao longo da sua história, episódios recorrentes em que a política foi a portadora não apenas da glória, mas também da tragédia. Basta lembrar que o patriarca da nossa Independência, o José Bonifácio de Andrada e Silva, o homem que concebeu, que negociou, que organizou política e militarmente a Independência do Brasil — a Independência aconteceu no 7 de setembro de 1822 —, em novembro do mesmo ano ele já estava fora do Governo e em março do ano seguinte já estava preso e exilado em Bordéus. Meu conterrâneo, Marechal Deodoro da Fonseca, homem de larga coragem, principalmente militar, depois de todo um sistema monárquico, exilou a família real, banuiu o Imperador em 24 horas, prendeu o Ministro da Guerra do Império sem dar um único tiro, só pela sua autoridade de herói e pela sua aura de homem de coragem. O primeiro Presidente republicano no Brasil não resistiu 1 ano e em 1 ano foi obrigado, como registra Nelson Werneck Sodré, não por falta de coragem pessoal, mas por falta de condições políticas, a abandonar o Governo e entregar o destino do País ao seu Vice, o também alagoano Marechal de Ferro, Floriano Peixoto. O Getúlio Vargas, tido como a maior raposa política do Ocidente, segundo o imperador britânico, quando o mundo dispunha de personalidades como Roosevelt, como o Primeiro Ministro Churchill, da Inglaterra, terminou como nós conhecemos. O Brasil conheceu 3 Presidentes em menos de 3 meses — Café Filho, o Presidente da Câmara, em seguida, o Presidente do Senado, Nereu Ramos — para que Juscelino



pudesse tomar posse como Presidente. A disputa política que nós conhecemos na História do Brasil sempre é importante componente, quando o Brasil inicia um novo ciclo da sua experiência republicana. Eu dizia, recentemente, ao Líder do PSDB no Senado, Senador Arthur Virgílio, que impedir que investigações sobre denúncias se misturem com a luta política é como tentar impedir que as águas do Rio Solimões e do Rio Negro se misturem no famoso encontro que se dá ao sul da cidade de Manaus. Aparentemente, elas estão separadas, mas, na verdade, elas se confundem e se misturam. E no Brasil nós conhecemos essa história; aliás, conhecemos no mundo. Mesmo o primeiro Presidente, o maior herói da independência dos Estados Unidos, George Washington, meses depois, como Presidente da República, já era acusado de facilitar a venda das suas terras, às margens do Rio Potomac, para a construção do que hoje é a Casa Branca. Sr. Presidente, para encerrar aqui essas palavras de agradecimento à atenção de V.Exas., digo que o meu depoimento não pretende condenar nem absolver ninguém. O meu depoimento busca aquilo que se faz necessário para que haja justiça, o equilíbrio. Não há justiça sem equilíbrio. Não há justiça sem que se afaste de imediato a tentação do fanatismo, do sectarismo, do aniquilamento das forças sociais, políticas e ideológicas em disputa. Nós tivemos no Império o poder moderador. A República extinguiu o poder moderador. Talvez, quem sabe, caiba a esta Casa, que é a casa, quando foi necessário, da punição; que é a casa, quando foi necessário, da cassação; mas que também foi a casa da pacificação; mas que também foi a casa da anistia; mas que também foi a casa do equilíbrio; mas que também foi a casa da moderação. Esse equilíbrio, muito subjetivo e muito tênue, entre a punição e a pacificação é naturalmente uma atribuição que o povo brasileiro concedeu à Câmara dos Deputados, que julga desde os seus membros até o Presidente da República. Sem o equilíbrio naturalmente se perde a autoridade para que se faça justiça. Então, trago apenas aqui o traço da minha personalidade, Sr. Presidente. Sou um homem que fiz política durante muito tempo como estudante na terra do Deputado Benedito de Lira, onde num ambiente tão radicalizado a Esquerda não podia nem criar o MDB, muitas vezes era obrigado a fundar a ARENA 3 para não ser perseguido e para poder fazer política. E isso nos obrigou a buscar na temperança, no equilíbrio, a forma de fazer a política com pê maior. Embora as



manchetes, os editoriais não caminhem muito nesse sentido, os representantes do povo, no momento de meditação, podem naturalmente impor esse caminho, que é o caminho que faz a justiça, a punição ao que deve ser punido ou a quem deve ser punido, mas acima de tudo o equilíbrio. Para que amanhã, Sr. Presidente, quando já não restar para nenhum de nós a pompa dos mandatos, do poder, quando nós, Deputados e Deputadas, na velhice, estivermos cuidando das nossas rosas e dos nossos jardins, os nossos netos e os amigos que restarem não nos perguntem o quanto de poder tivemos, mas se fomos homens justos e se fomos mulheres justas. Restará conosco talvez não mais o mandato, talvez não mais o poder, mas a nossa consciência que será levada para o travesseiro, pesada, se tivermos cometido injustiças; leve, como a pena dos próprios travesseiros, se tivermos sido justos. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Coloco-me à disposição de V.Exa. e dos eminentes Relatores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Depois das brilhantes palavras do nobre Deputado Aldo Rebelo, convido o ilustre Relator, Deputado Júlio Delgado, para usar da palavra.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar; nobre colega, amigo, Parlamentar e testemunha neste caso, Deputado Aldo Rebelo; Sras. e Srs. Parlamentares; amigos da imprensa; assessores; Srs. advogados Dr. José Luis e Dr. Rodrigo, como introdução só gostaria de dizer que tão diferente é o processo no Código de Ética e Decoro do rito processual por não termos força convocatória. Só temos o poder ou a autoridade de convidar as nobres testemunhas. Estamos inaugurando a instrução processual com os depoimentos, quase um mês depois de transcorrida a notificação do Deputado José Dirceu. S.Exa. foi notificado em 15 de agosto, e hoje, 13 de setembro, instauramos os depoimentos, numa clara demonstração de que tanto a representação como a defesa apresentada e os depoimentos que já foram requeridos às testemunhas arroladas na representação já são fartamente conhecidos, já foram distribuídos não só aos senhores advogados, mas também aos membros do Conselho, a fim de que pudéssemos fazer essa instrução.

Estamos na confirmação, quase um mês depois dos convites que foram feitos às testemunhas — sem nenhum juízo de valor do cerceamento de defesa, no caso



do Deputado Aldo Rebelo, como do Deputado Eduardo Campos e do Deputado Arlindo Chinaglia, que falarão hoje. Estamos aguardando para que os diretores dos bancos possam finalmente determinar as datas em que serão ouvidos. Até porque não temos, infelizmente, pela força que o Conselho não detém, do rito processual, o poder de convocá-los ou intimá-los para que estivessem aqui no nosso conselho.

Por isso, a gente vai dar continuidade nos nossos trabalhos. E começo, já adiantando, agradecendo ao nobre Deputado Aldo Rebelo a introdução, questionando, com muita tranquilidade, nessa maratona que teremos, ao ouvirmos as testemunhas que aqui estarão durante a manhã, a tarde e a noite de hoje, e perguntando ao nobre Deputado, ex-Ministro da Articulação Política, Aldo Rebelo, qual é o papel que V.Exa. desempenhava como articulador político do Governo? E quando faço a pergunta sobre esse papel é em função da transição, visto que essa função era desempenhada pelo Ministro José Dirceu. Como é que se deu essa transição para o desempenho das funções de V.Exa.?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Nobre Deputado Júlio Delgado, sabe V.Exa. que a transição foi realizada com a minha saída da Liderança do Governo na Câmara dos Deputados. Eu fui distinguido com essa honrosa missão pelo Presidente Lula no ano de 2003. Exerci, dentro das minhas limitações, mas creio que a contento, porque tive nos 512 Deputados, nos Líderes tanto do Governo quanto da Oposição, ajuda e o auxílio, sem o que não teria cumprido a minha tarefa. Diante disso, o Presidente Lula convidou-me para assumir a coordenação política do Governo, resultado da separação dessas duas funções na Casa Civil. Como resultado da separação dessas funções, a coordenação de Governo e a coordenação política, passaram à coordenação política 2 subsecretarias, a Subsecretaria de Assuntos Parlamentares e a Subsecretaria de Assuntos Federativos. E, portanto, eu passei a cuidar das relações do Governo com o Congresso, ou seja, Câmara e Senado; com os Estados, já que a Subsecretaria de Assuntos Federativos estabelecia a relação do Governo com os Estados, com a Federação e com os Municípios. E a minha função era exatamente a de fazer a relação política com os Líderes do Governo e da Oposição, fazer a negociação das matérias mais difíceis, como, por exemplo, as chamadas Parcerias Público Privadas, as medidas provisórias. Com os Governadores, acompanhar as demandas dos





Governadores e dos Prefeitos. E, nessa função, eu tive plena autonomia. Tive condições de conduzir, naturalmente sob a orientação do Presidente da República, essa atividade e essa tarefa — e mais uma vez registro de público —, contando com a inestimável contribuição dos dirigentes do Congresso, dos Líderes do Governo e também dos Líderes da Oposição. E a transição se fez e, pouco a pouco, eu fui assumindo plenamente as minhas responsabilidades.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Quando V.Exa. ouviu falar em proposta de recebimento de dinheiro para apoiar o Governo pela primeira vez? Em que circunstâncias? Poderia dizer alguma coisa a respeito disso para nós do Conselho de Ética, Sr. Deputado?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - A primeira vez, Deputado Júlio Delgado, eu não ouvi; a primeira vez, eu li. Foi uma matéria publicada no *Jornal do Brasil*, se não me engano, no mês de setembro. E, em seguida, já no mês de março, ouvi — embora a reunião já estivesse no fim, já houvesse um clima de dispersão — o Deputado Roberto Jefferson fazer referência a essa questão em uma reunião com o Presidente Lula, já no mês de março. Acho que na segunda quinzena de março. No mais, durante o ano de 2003, eu convivi aqui nesta Casa, eu nunca ouvi de nenhum dos 512 Deputados, de nenhum jornalista que cobre esta Casa, de nenhum, qualquer referência ao pagamento ou a coisa parecida, dentro dos partidos ou com os Deputados, quanto à denúncia que posteriormente o Deputado Roberto Jefferson trouxe a esta Comissão.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Sua resposta com relação à oitiva deste assunto justamente comina com a nossa terceira pergunta. O Deputado Roberto Jefferson disse que em março deste ano conversou pela segunda vez com o Presidente Lula sobre o mensalão. Aí eu pergunto a V.Exa. o que ouviu nesta reunião. Quem estava na reunião? O senhor pode nos dar detalhes de como transcorreu essa conversa durante a reunião em que o Deputado Roberto Jefferson teria mencionado o mensalão ao Presidente e a V.Exa?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Eu quero dizer, em primeiro lugar, que eu mantive muitas reuniões com o Deputado Roberto Jefferson. O Deputado Roberto Jefferson recebia o tratamento de Presidente de partido, de homem que



tinha um papel importante na base do Governo, desde a época que era Líder do PTB e, posteriormente, com o desaparecimento do Presidente Martinez, como Presidente do partido. E eu sempre manifestei ao Deputado Roberto Jefferson um apreço, um respeito e uma estima muito grande, porque ele sempre comportou-se com elevada lealdade para com o Governo e para com as funções que eu exercia. Recebi o Deputado acompanhado ora de Governadores do seu partido, do Governador de Roraima, outras vezes do Governador do Maranhão, ora dos Líderes, de Parlamentares, e conversávamos sobre as relações institucionais do PTB com o Governo, da bancada com o Governo, as matérias que precisavam do apoio do PTB, a participação do PTB no Governo do Presidente Lula. E, em nenhuma dessas reuniões, o assunto de pagamento de Parlamentares foi abordado. Quando foi em março, em reunião da qual participamos eu, o Líder José Múcio, o Ministro Mares Guia, o Líder Arlindo Chinaglia, o próprio Deputado Roberto Jefferson e, naturalmente, o Presidente Lula, nós tratamos dessa perspectiva, sempre com a preocupação, que eu manifestava publicamente, de que o Brasil é ingovernável sem uma aliança partidária ampla, seja qual for o sistema, alianças de forças de centro, de esquerda, conservadoras. Um partido sozinho não consegue governar o Brasil. O País é muito desequilibrado, é muito desigual e é preciso essa aliança, e sempre lutei por isso. Daí o meu esforço em fazer com que o PTB se integrasse cada vez mais à base do Governo. E tratamos dos assuntos políticos e, no fim, a reunião já terminando, algumas pessoas já de pé, o Deputado Roberto Jefferson levantou a questão do pagamento, do hipotético pagamento a Parlamentares dentro do Congresso Nacional. Dito isso, como ele próprio já descreve, a reunião terminando, o Presidente Lula o cumprimentou, a reunião foi concluída, e o Presidente pediu que eu e o Líder Arlindo informássemos sobre essa questão levantada pelo Deputado Roberto Jefferson. E o Líder Arlindo consultou aqui, a Câmara dos Deputados, com base na notícia veiculada pelo *Jornal do Brasil* e nos informou que de fato a Câmara teria iniciado um procedimento de investigação, não sei se na Corregedoria, uma mensagem do Presidente João Paulo teria sido enviada ao Ministério Público, e a matéria fora arquivada na Corregedoria, porque aquele que teria sido a fonte do jornal mandara um documento ao próprio jornal e à própria Câmara dizendo que não era a fonte da denúncia veiculada pelo jornal. Eu transmiti isso ao Presidente da



República, ele disse que qualquer outra informação sobre essa questão ele queria tomar conhecimento, e o episódio foi superado a partir daí. Se houve um outro momento em que o Deputado Roberto Jefferson falou sobre o assunto com o Presidente da República, provavelmente ele próprio menciona que teria sido um pouco antes, eu não estava presente, porque nem de todas as reuniões eu também participava. E já para antecipar — naturalmente V.Exa. pode perguntar —, nessa reunião de março o Ministro José Dirceu, não sei por que razão, não estava presente.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Passado o fato do conhecimento da existência e as providências que foram tomadas, veio a público a notícia da existência de repasse de recursos, de empréstimos feitos pelo Partido dos Trabalhadores, de caixa 2, ou repasse periódico, o que quer que seja denominado por todos nós, mas é de conhecimento que esse assunto é fruto da crise que estamos vivendo, das investigações a que as CPIs estão procedendo.

E aí pergunto a V.Exa.: acredita que um escândalo ou que uma crise desse tamanho e tamanhas proporções tivesse sido montada, articulada, dirigida pelo tesoureiro membro da estrutura partidária do Partido dos Trabalhadores, como exclusivamente o Sr. Delúbio Soares?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Aí é preciso examinar cada caso, Deputado Júlio Delgado. O que eu posso lhe dizer é que principalmente nas funções que eu já exercia como Deputado e depois como Ministro, eu, pelo menos, dificilmente sei como funciona a estrutura, por exemplo, do meu partido. Essa atividade que nós desempenhamos, V.Exa. sabe disso, ela absorve. Nós somos quase que escravos dos nossos eleitores, a cada dia, e com muita razão, mais exigentes das nossas funções na Câmara dos Deputados, das Comissões que nós integramos — permanentes, temporárias, transitórias —, das conversas com as bancadas dos Estados, das conversas dentro das nossas próprias bancadas. É uma luta muito grande o exercício do mandato parlamentar. E acho que as funções do Executivo, pelo menos pela minha experiência, também demandam a energia e o tempo dos integrantes do Executivo, como dos integrantes do Legislativo, a não ser que eles tenham funções específicas dentro dos seus partidos. Portanto, eu só



posso responder a V.Exa. como alguém que naturalmente não integra nem conhece a estrutura de funcionamento do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - V.Exa. conhece o Sr. Marcos Valério?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Não, nunca fui apresentado e o vi pela televisão na primeira vez em que ele prestou algum tipo de depoimento público. Mas nunca fui apresentado por ninguém, nem por um Parlamentar, nem por um jornalista, nem por um amigo, ao empresário Marcos Valério.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Nem em ocasiões sociais? O senhor não o conhece?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Nem em ocasiões sociais. Era possível, porque eu, aqui, durante os 2 anos do Governo do Presidente Lula, tinha uma atividade social ou parlamentar intensa — o aniversário dos nossos colegas Parlamentares, as reuniões das bancadas, as atividades sociais próprias da vida parlamentar, mas nunca fui apresentado —, ou seja, mesmo que estivesse em algumas dessas atividades, o que é possível, eu nunca o vi e nunca fui apresentado ao empresário Marcos Valério.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Só lembro aos companheiros e ao companheiro Deputado Aldo que o Sr. Marcos Valério tinha, até então, contratos vultosos com o Governo em vários Ministérios. E a quebra do sigilo telefônico do próprio revelou ligações constantes para pelo menos 20 Ministérios deste Governo. E que essas relações que o Sr. Marcos Valério, então, pudessem ser coordenadas através dos contratos com alguém diretamente do Governo. E que relações o senhor sabe, ou pode descrever, que o Sr. Marcos Valério tinha com o então Ministro José Dirceu?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Olha, eu nunca ouvi falar do Marcos Valério antes das denúncias; nem alguém dizer assim: “*Olha, o Marcos Valério...*”, alguém que citasse, numa conversa, que eu me recorde, a existência desse empresário. Eu não estranho porque, provavelmente, são centenas, quem sabe milhares de empresários que devem ter relação com o Governo. Esses aviões que voam para cá às segundas e terças-feiras, de todos os Estados do Brasil,



provavelmente vêm lotados por eles, em boa parte, porque os 513 Deputados não preenchem os vãos tão freqüentes para Brasília. E provavelmente eu desconheço 99% deles. Então, desconhecer o empresário Marcos Valério é uma coisa normal e ordinária. Se ele tinha negócios com o Governo, é provável que ele ligasse para os órgãos, para os Ministérios com os quais ele tinha algum contrato a cumprir. Se não fez nenhuma ligação para o meu Ministério, provavelmente é porque o meu Ministério não é ordenador de despesa. Então, eu nunca soube nem que ele existisse e quanto mais que tivesse contato com quem quer que fosse, inclusive com o Ministro José Dirceu.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Em algum momento, como articulador político do Governo, V.Exa. foi responsável pela indicação dos cargos que os partidos da base detinham no Governo?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Não, eu não tinha essa atribuição. Naturalmente, eu recebia e conversava com os Parlamentares, principalmente da base do Governo, preocupados com a participação dos partidos no Governo, mas o poder de decidir, naturalmente, a não ser no âmbito da minha modesta Secretaria, onde os cargos eram em número muito reduzido, porque já eram duas Secretarias preexistentes... Eu não tinha essa atribuição. Infelizmente, não tinha. Gostaria de ter tido.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - V.Exa. afirmou que teve vários encontros com o Deputado Roberto Jefferson, então Presidente do PTB e responsável por um dos partidos que compõem a base aliada. V.Exa. tratou com o Deputado Roberto Jefferson as indicações para o IRB, Furnas, Correios, Caixa Econômica Federal?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Não tratei no sentido de decidir, mas tomava conhecimento delas e procurava ajudar não só o PTB, mas todos os partidos da base a terem uma participação maior do Governo, porque eu sempre disse que quem apóia o Governo deve participar do Governo. Eu não conheço nenhum governo no mundo que seja eleito e nomeie os adversários para governar. Eu não conheço, nem no Partido Republicano, nem no Partido Socialista francês, nem no inglês, nem no Partido Comunista da China, nem no PSDB, nem no PFL, em



nenhum partido que você elege, com um grupo de aliados, e depois nomeia os adversários para governar. Isso não existe. O governo se faz com os aliados. E é sempre isso que eu procurei defender, dentro de critérios éticos, dentro de critérios políticos justos, dentro da responsabilidade pública. Só defendo que quem apóia o Governo participa do Governo. Senão, você cria partidos de primeira e segunda categoria: partidos que apóiam o Governo e participam do Governo, e partidos que apóiam o Governo e não participam do Governo. Eu acho que a democracia se faz assim.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - V.Exa. afirma que tinha conhecimento, mas não decidia. A participação do Deputado José Dirceu na distribuição ou na indicação desses cargos era fundamental?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Olha, as funções de responsabilidade, de grande importância no Governo... Por exemplo, o Presidente Lula convidou o PCdoB para exercer o Ministério do Esporte e depois convidou para exercer a responsabilidade do Ministério da Coordenação Política. Quem decidia, em última instância, era cada Ministro, a quem a Pasta ou a função estava subordinada. Ele era quem decidia. E naturalmente decidia dentro de critérios, que eram os critérios daqueles que tinham condições de preencher política e tecnicamente os requisitos para ocupar esses cargos.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Depois de V.Exa. ter assumido o Ministério de Articulação Política, eu lhe pergunto: a influência do Deputado José Dirceu e o comportamento na relação Executivo e Legislativo permaneceu ou não?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Olha, o que todo o mundo diz é que a influência do Deputado José Dirceu diminuiu depois que essas responsabilidades foram distribuídas. Foi isso o que eu li. O que eu vi é que o Ministro José Dirceu era um Ministro importante, pela sua história, pela responsabilidade que tinha no Partido dos Trabalhadores, no Governo, mas não me apresentava qualquer coisa de anômalo ou de anormal dentro da estrutura de um Governo que tinha o partido mais forte, que era o do Presidente, e que dentro do partido tinha o Ministro que tinha a força política maior.



**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Falo isso porque a gente tem o número de agenda do Deputado José Dirceu, enquanto Chefe da Casa Civil. Logo depois da transição, V.Exa. na condição de Ministro da Articulação Política, dá continuidade ao que o Deputado José Dirceu, então Ministro, fazia: recebia os Presidentes e Líderes partidários de forma até constante, conforme consta na sua agenda da Casa Civil.

Enquanto Parlamentar ou licenciado da Câmara, exercendo cargo de Ministro de Estado, V.Exa. foi membro de algum Conselho Administrativo de órgão público ou empresa estatal?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Não. Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Não foi. Enquanto Ministro, V.Exa. optou pelos vencimentos do cargo executivo de Ministro ou pelo vencimento parlamentar?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Permaneci com os vencimentos da Câmara dos Deputados.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Parlamentar.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - E morando num apartamento funcional da Câmara dos Deputados.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - V.Exa. tem conhecimento de algum fato relevante que possa beneficiar a defesa do Deputado José Dirceu no presente processo?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Em que sentido, Deputado?

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Algum conhecimento com relação aos fatos que são atribuídos a ele como autor da prática do mensalão, do repasse de recursos ou da sua interveniência junto aos Bancos Rural e BMG, para que se conseguissem os empréstimos ao Partido dos Trabalhadores. Tem algum conhecimento desses fatos que possam, de certa forma, atribuir a ele o conhecimento ou não disso, que possa ajudar ou não na sua defesa?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Eu nunca ouvi nenhuma referência — nem nunca conversei com ninguém ou com o Deputado José Dirceu — que me informasse que S.Exa. tivesse conhecimento de qualquer prática ou denúncia



irregular na Câmara dos Deputados. Nem quando era Líder do Governo eu tomei conhecimento disso, nem quando estava na Coordenação Política eu tomei conhecimento disso. Eu sabia porque vivíamos praticamente no mesmo andar — no 4º andar do Palácio do Planalto — e eu sempre procurava consultar as agendas dos Ministros chamados da Casa e do Presidente Lula para saber também a disponibilidade de algum despacho necessário das minhas atribuições e nunca presenciei nem nunca notei qualquer coisa de anormal ou algo que chamasse a atenção na agenda do Ministro José Dirceu.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Para finalizar, Sr. Presidente, a última pergunta: O Sr. Delúbio Soares afirmou em depoimentos feitos às CPIs e à Polícia Federal que foram repassados recursos da conta do Sr. Marcos Valério para o PCdoB. O Senhor tem conhecimento disso? É procedente essa afirmação?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Olha, o Presidente do PCdoB, a direção do PCdoB, por 2 vezes seguidas, já publicou nota repudiando esse tipo de declaração e dizendo que as relações do PT com o PCdoB sempre foram institucionais e políticas, baseadas na legislação existente, e não é uma relação nova. Nós apoiamos o Presidente Lula na campanha de 89, na campanha de 94, na campanha de 98, na campanha de 2002. Com base nessa relação política, apesar do partido modesto que nós integramos, o Presidente nos convidou para integrar o primeiro escalão do Governo, inicialmente com o Ministério do Esporte, em seguida com a Coordenação Política. É isso o que a direção do Partido manifestou em nota pública.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Eu agradeço por enquanto, Sr. Presidente, e passo a palavra aos nobres colegas e aos advogados de defesa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Muito obrigado, Deputado Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Após as palavras do Relator, vamos ouvir os advogados do representado, o Dr. José Luis Lima e o Dr. Rodrigo Dall'Acqua.

**O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA** - Sr. Presidente, gostaria de saber da ilustre testemunha se no período em que foi Líder do Governo na Câmara, de janeiro





de 2003 a janeiro de 2004, percebeu algum movimento dos Parlamentares que indicasse a compra de votos.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Não, seu advogado, eu nunca percebi, nem nunca ninguém nesta Casa, ou fora dela, nem Parlamentar, nem jornalista, nem por curiosidade, nem por ouvir dizer, tocou nesse assunto durante todo o ano de 2003, quando eu fui um Líder do Governo que conversava com todos os Parlamentares do Governo e da Oposição, conversava permanentemente. Aliás, posso dizer que, dentro das minhas limitações, uma que eu procurei não ter era a de conversar com todo mundo. Todas as matérias aprovadas aqui o foram num processo prolongado e às vezes doloroso de negociação com a própria base do Governo e com a Oposição. Só aprovamos as 3 emendas constitucionais — a desregulamentação do art. 192, que trata do sistema financeiro, com mais de 400 votos —, quando nem o PMDB estava na base do Governo ainda. Na reforma da Previdência, na reforma tributária, alguns aqui acompanharam as negociações exaustivas. E, durante esse período, eu nunca ouvi, nem de Deputado nem de jornalistas, qualquer referência a pagamento para Parlamentares votarem a favor do Governo.

**O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA** - Sr. Presidente, gostaria de saber se no período em que a eminente testemunha foi Líder do Governo na Câmara e depois exerceu o cargo no Ministério teve conhecimento de pagamento a Parlamentares para a troca de partidos políticos.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Nunca ouvi falar de Parlamentares. A única vez que eu ouvi falar que havia dinheiro na mudança de partido foi muito tempo atrás numa denúncia que resultou até na cassação de 1 ou 2 mandatos. Depois disso o que eu sempre vi foi uma disputa muito grande entre os partidos, disputas políticas. Lembro, no Governo do Presidente Fernando Henrique, a preocupação do PMDB em perder Deputados para o PSDB e para o PFL. Porque alguns Parlamentares achavam que o PSDB e o PFL eram partidos mais fortes dentro do Governo. O senhor sabe que muitos dos nossos Parlamentares não são Deputados eleitos em capital, com voto de opinião; depende da votação do Município, da Prefeitura, de conduzir uma emenda, uma obra. Então, cria-se a idéia, no eleitor e no Deputado, que a aproximação com o Governo é uma coisa



necessária para ajudar a sua região, para ajudar o seu Estado, para ajudar o seu Município. E, alguns, guiados por essa idéia, mudam de partido. É uma coisa que sempre aconteceu na vida política, pelo menos recente do Brasil, nos 16 anos em que estou nesta Casa. Os Deputados mudam de partido, buscando o melhor caminho para ajudar os seus eleitores, as suas Prefeituras e defender a renovação do seu mandato.

**O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA** - Sr. Presidente, gostaria de saber se, no período em que o Deputado José Dirceu exerceu as funções de Ministro da Casa Civil, a ilustre testemunha compareceu ao gabinete do Ministro José Dirceu.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Claro que eu freqüentava, principalmente o gabinete do Presidente da República, para os despachos ordinários e para as reuniões das quais participava também o Ministro José Dirceu e outros Ministros, do que se chamava Coordenação de Governo. Mas também, quando necessário, visitava ou recebia a visita do Ministro José Dirceu para tratar de assuntos relacionados com o nosso trabalho.

**O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA** - Se, nessas visitas, em que a eminente testemunha compareceu ao gabinete do ex-Ministro-Chefe da Casa Civil, ele encontrou, nessas oportunidades, o ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, Delúbio Soares, e o ex-Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores, Silvio Pereira.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Não, pelo menos em nenhuma oportunidade das visitas que fiz ao Ministro José Dirceu no seu gabinete.

**O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA** - Sr. Presidente, no período em que a testemunha exerceu a Liderança do Governo, depois no Ministério, de que maneira eram discutidas e definidas as nomeações para os cargos estratégicos do Governo?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Ao que eu saiba, a nomeação dos Ministros era uma decisão do Presidente da República. E eu pude testemunhar, na escolha do Ministério que foi destinado ao PCdoB, o primeiro e o segundo, e , provavelmente, outras funções de responsabilidade mais relevante. As demais, pelo que eu sei, eram decisões de cada Ministro, e a participação dos partidos



deveria obedecer a critérios ou a discussões ou a reivindicações das direções partidárias.

**O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA** - Sr. Presidente, no período em que a ilustre testemunha exerceu cargo no Ministério, se ele tinha tempo para interferir nos assuntos internos administrativos do seu partido.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Eu interferia nas questões políticas, nas decisões, discutia com o nosso Líder aqui na Casa ou com o Presidente do partido. E isso já era um tempo e uma energia muito grande que eu dedicava, porque eram batalhas seguidas, algumas que duravam meses, como foi o caso da reeleição, que nós tínhamos que discutir, dentro do próprio partido, votações de matérias polêmicas, porque o partido, no caso o PCdoB, sempre discute muito para tomar determinadas decisões que não eram muito confortáveis para o partido e que o Governo adotava. Não era fácil para o partido, como o PCdoB, acompanhar votações de reforma da Previdência, de salário mínimo e outras, e isso já tomava um tempo muito grande. As questões burocráticas, ou se V.Exa. quiser ser mais direto, de finanças ou de coisas do partido, naturalmente, na minha função, eu não tinha muito como interceder.

**O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA** - Sr. Presidente, gostaria também de saber ainda da ilustre testemunha se desde a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva até a data em que o Deputado Roberto Jefferson fez as denúncias que foram veiculadas, inclusive na imprensa, se da data da posse até a data das acusações, se, em algum momento desse período, a eminente testemunha teve algum diálogo com o ex-Ministro-Chefe da Casa Civil, Deputado José Dirceu, sobre a questão de mensalão.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Como eu já disse, senhor advogado, eu ouvi, li essa questão pela primeira vez no *Jornal do Brasil*, ouvi depois, no final de reunião com o Presidente Lula e nunca tratei com nenhum Ministro, com nenhum Deputado, com nenhum jornalista dessa questão.

**O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA** - Uma última pergunta, Sr. Presidente: gostaria de saber qual o conceito pessoal que a eminente testemunha tem do ex-Ministro-Chefe da Casa Civil, Deputado José Dirceu.



**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Olha, o Deputado José Dirceu é dessas personalidades sobre as quais a natureza vai cunhando grandes virtudes e grandes defeitos, que é um traço das grandes personalidades — virtudes e defeitos — e que naturalmente são percebidas por aqueles que têm admiração ou que são aliados no campo das virtudes, e os adversários, evidentemente, se queixam e registram mais os defeitos. Eu ouvi falar pela primeira vez do hoje Deputado José Dirceu nos idos de 1968. Eu era estudante num colégio agrícola, interno, na velha Satuba, lá no interior de Alagoas. Tinha 11 anos de idade, estava entrando como interno no colégio agrícola, mas, como era um ambiente coletivo, todo o mundo comentava o que acontecia no País e no mundo. Então, houve o assassinato do Robert Kennedy, todo o mundo discutia, e as passeatas estudantis do Rio de Janeiro e de São Paulo. No Rio de Janeiro, o nosso conterrâneo Vladimir Palmeira, que era grande liderança estudantil do Rio, e, em São Paulo, destacados o Presidente da UNE, Luís Travassos, e o da UEE, da União Estadual dos Estudantes, que era o estudante de Direito José Dirceu. E, desde aquela época, nós, naturalmente, desenvolvemos uma admiração pela sua trajetória, por um homem que buscou ser fiel a seus ideais. Pagou por isso um preço muito grande: exilado, banido, preso. E, voltando, entrou no Partido dos Trabalhadores. Durante esse tempo a admiração que eu tenho pelo Deputado José Dirceu se manteve, mas era uma admiração marcada também por profundas divergências políticas, tanto é que eu nunca integrei e nunca cogitei de integrar o Partido dos Trabalhadores, nem nunca tive identidade política do ponto de vista dos caminhos do País com o Ministro José Dirceu nem com o Partido dos Trabalhadores. Éramos aliados, ou seja, golpeávamos juntos, mas marchávamos separados, como dizia o velho político e revolucionário russo. E fizemos essas alianças e tivemos divergências, no Governo inclusive. Uma delas a Casa pôde acompanhar, que era a questão da reeleição. Eu tive uma opinião diferente. E essa opinião foi inclusive acompanhada também pela imprensa, essa divergência. Mas creio que o Ministro José Dirceu, e o Deputado, é uma dessas personagens cujos traços a natureza marca profundamente para o exercício de grandes desafios. E acho que hoje ele paga muito mais pelas virtudes do que pelos defeitos. É isso que eu penso.

**O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA** - Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Quero agradecer aos advogados.

Agora com a palavra a nobre Deputada Angela Guadagnin.

Eu gostaria de fazer um apelo aos Srs. Deputados: hoje nós temos um dia muito longo, 3 testemunhas, então, eu gostaria que usassem 5 minutos para fazer as perguntas.

Com a palavra a nobre Deputada Angela Guadagnin.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Bom-dia ao Deputado. Boa-tarde, Presidente, Relator. O Roberto Jefferson declarou nesta Comissão que ele tomou conhecimento da existência de mensalão ainda com o Martinez vivo, 2003, e que teria falado com diversos Ministros e que teria falado com o Presidente Lula. O senhor declarou que tomou conhecimento numa conversa em que estava presente. Mas houve alguma outra manifestação em relação — vou perguntar tudo por causa dos 5 minutos, o senhor vai anotando, Deputado —, dentro do Governo, se algum outro Ministro fez essa referência ou os Ministros que foram citados pelo Roberto Jefferson?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Não. Ah, sim. Pois não.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Houve alguma discussão depois dessa conversa que o senhor estava presente em que o Roberto Jefferson falou ao Presidente da questão de mensalão? Houve alguma discussão, alguma conversa, alguma discussão dentro do Governo sobre essa acusação do Roberto Jefferson? O senhor referiu que o Presidente lhe deu uma tarefa. O senhor fez algum tipo de investigação para afastar essa denúncia ou simplesmente procurou se informar depois da acusação? Outra pergunta: o Relator referiu que existem inúmeras ligações para os Ministérios no telefone do Marcos Valério. O senhor considera isso normal? Não deixou claro na sua resposta ao Relator. Em algum momento o senhor observou, tomou conhecimento de que havia algum esquema montado? O senhor colocou alguma coisa que nunca tinha ouvido falar, que a primeira vez leu no jornal, mas depois disso o senhor nunca ouviu falar — eu queria que reafirmasse essa questão — de um esquema montado pela Casa Civil? Porque houve denúncia pelo jornal. O senhor disse que depois foi afastada essa denúncia.



Mas, assim, na discussão de Governo, foi levantado alguma vez que a Casa Civil montou esse esquema? A imprensa tem colocado que o Ministro José Dirceu era tido no Governo como um superministro. Por conta dessa declaração que a imprensa já fez por diversas vezes, eu queria que, dentro da sua convivência no Palácio do Planalto, como Ministro, quem mandava no Governo? Inclusive houve uma declaração de que o José Dirceu mandava e o Presidente Lula fazia o papel de rainha da Inglaterra. Queria que fizesse para nós um comentário sobre essa relação de governo.

Eu tenho depois duas colocações, mas quero primeiro ouvi-lo.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Bem, Deputada Angela, eu nunca ouvi de nenhum Ministro nenhuma referência sobre pagamento a Deputados, em nenhum momento. Nunca ouvi, nunca fui abordado. E conversava bastante com muitos Ministros — pode examinar a minha agenda — eu conversava, tratava dos assuntos de Governo, porque estava ali no Palácio e conversava com muitos Ministros. Nunca, nem por telefone, nem socialmente, nem politicamente, esse assunto foi abordado. No Governo, nós nunca tratamos disso. As reuniões de coordenação tinham uma agenda que discutia os assuntos ordinários. Nem sempre os assuntos políticos entravam. Tinha que se discutir desde biodiesel até FUNDEB, relações sobre a situação do Equador e sobre o Brasil e Bolívia. Tudo isso tinha que ser discutido na coordenação de Governo. Então, nem sempre sobrava tempo para discussão da política — aliás, eu me queixava que era pouco tempo para isso — e, muito menos, para coisas dessa natureza. Não tinha como nem eu nem ninguém no Palácio fazer investigação. Nós lembramos aqui que foi a espionagem de um partido em outro partido que levou à deposição de um Presidente nos Estados Unidos. O que o Governo ia fazer? Surgiu uma denúncia no *Jornal do Brasil*, o *Jornal do Brasil* disse que há pagamento a Deputados no Congresso. A fonte do jornal envia uma correspondência ao jornal e à Câmara dos Deputados negando ter sido a fonte da denúncia. A matéria não tem repercussão. A Câmara abre um procedimento. O que o Governo poderia fazer? Que tipo de investigação? A Polícia Federal iria investigar os partidos com base numa denúncia que não sobreviveu um dia sequer? Eu acho completamente inverossímil a possibilidade, naquelas circunstâncias, de o Governo abrir investigação. Abrir sobre quais partidos exatamente? Sobre todos? Eu acho



que isso não era uma coisa que a democracia recomendasse. Até porque no País há Justiça Eleitoral, com Tribunais Regionais e o Tribunal Superior. E a Câmara e o Senado dispõem de instrumentos e de mecanismos eficazes, como já se provou ao longo da história, para investigar, para esclarecer e para punir exemplarmente, como já aconteceu nesta Casa, inclusive com um Presidente da República e com vários Deputados e até Senadores. Bem, quanto às ligações para Ministros, se a empresa do Sr. Marcos Valério tinha contratos de publicidade com os Ministérios, estranho era que não houvesse ligações. Aí seria estranho. Uma empresa que tem a responsabilidade de preparar, de organizar ou de ser responsável pela propaganda, pela publicidade ou seja lá o que for, do Ministério, e não tem nenhuma ligação? Então, ganhou dinheiro e não fez nada. A ligação, do meu ponto de vista, é o indício de que houve uma relação de trabalho, uma relação profissional. Eu citei anteriormente que, no meu caso, provavelmente não haja porque não havia essa relação, porque nós não temos publicidade, ordenamento de despesa ou coisa parecida. Nos demais, eu considero não apenas normal, ordinariamente previsível. Digo ainda que seria anormal e extraordinário que as ligações não tivessem acontecido. Ouviu falar que a Casa Civil interferia no Congresso, montando qualquer esquema. Nós tivemos, Deputada, uma relação de um ano mais próxima porque eu era o Líder do Governo e o Deputado José Dirceu era o Coordenador Político, como Ministro da Casa Civil. Os Líderes, nós tivemos dezenas — talvez mais de dezenas — de reuniões com o Ministro José Dirceu, às vezes, reuniões duras, polêmicas. A base tinha uma posição, o Deputado Marquezelli, que participou de algumas delas, sabe que a base, em determinados momentos, endurecia. Na questão da Previdência, nós mudamos profundamente a proposta do Governo. Deu crise, deu polêmica e as discussões com o Deputado José Dirceu. Ele chegava lá e dizia: “*Não pode e não dá*”. Eu dizia: “*Não, vai dar e vai poder. Não tem problema, não*”. Nem sempre a base conseguia fazer valer seu ponto de vista e nem sempre o Ministro José Dirceu conseguia valer seu ponto de vista. Aliás, principalmente, era do próprio Partido dos Trabalhadores. Lembro-me de muitas reuniões em que fechávamos o acordo na base e só ficava faltando o PT. E o Pellegrino dizia: “*O PT ainda não decidiu. O PT ainda vai deliberar*”. Porque era a maior bancada, para alguns dos Deputados não era algo fácil votar determinadas matérias que o Governo defendia.



Nós, às vezes, chegávamos já perto do plenário e o PT ainda discutindo. Às vezes o Ministro José Dirceu ficava mais do lado do PT, às vezes ficava mais do nosso lado. Mas era uma coisa que enfrentávamos. Então, nunca ouvi falar de montar esquema de coisa nenhuma. Era muito difícil fazer as matérias serem aprovadas aqui. Era um parto muito doloroso. E, até hoje, quero registrar, algumas delas não teriam sido possíveis sem o apoio de setores do próprio PSDB e do PFL. A minha gratidão, aliás, está registrada nos Anais da Casa, porque sempre fiz questão de fazer isso em relação aos respectivos Líderes, além da própria base. Superministro criou-se, talvez cultivado pelo próprio traço de personalidade do Ministro José Dirceu, porque é uma coisa também que difere um pouco da formação e da geração. O Ministro José Dirceu foi um homem forjado na clandestinidade, nos aparelhos clandestinos, para sobreviver à ditadura. A minha geração, não sei se a do Deputado Chico Alencar, já foi uma geração que foi formada na criação de uma frente democrática, na luta pela anistia, na reorganização da UNE, na luta das ruas, na reorganização das entidades, das instituições democráticas, participando do MDB, como eu participei, quando era preciso negociar, ouvir todas as correntes. O traço da personalidade do Deputado José Dirceu é mais da sua formação na clandestinidade. E isso, talvez, levou a se criar uma aura de mistério, de superpoderes que não existiam porque ouvi, muitas vezes, nas reuniões de coordenação, as teses e as opiniões do Deputado José Dirceu serem derrotadas. E quem mandava no Governo, sempre quem mandou, cioso de sua autoridade, era o Presidente Lula, é o Presidente Lula. Ele sempre dizia: “*Não, vai ser assim*”, independente do que opinasse o Ministro A, B ou C. Vi, muitas vezes, o Presidente Lula concordar e apoiar propostas do Ministro José Dirceu e, muitas vezes, o Presidente Lula discordar e fazer coisas completamente diferentes das do Deputado José Dirceu. Com seu temperamento, ele ficava exasperado, dizia: “*isso não dá certo, não pode ser assim*”... Mas era assim e acabava. Às vezes, o Presidente queria saber dos detalhes, e a imprensa criticava dizendo que se levou não sei quanto tempo para discutir o salário mínimo. Mas no fim prevaleceu o que ele queria. Discutir Orçamento, discutir biodiesel, discutir FUNDEB. Eu vi muitas vezes o Ministro José Dirceu ser... E a prova de que esses superpoderes não existem ou não existiam foi a emenda da reeleição. Tinha como um Ministro superpoderoso, com o Presidente da





Câmara da Câmara, com o Presidente do Senado apoiando uma tese e essa tese não ser vitoriosa, com o apoio, inclusive, da emenda do nobre Deputado Benedito de Lira, derrotada? (*Risos.*) Acho que aí se expõe, de fato, a realidade. Não existia esse superpoder, pelo menos que eu percebesse. O que existia mais era uma aura, talvez uma mitologia. Quem mandava, como eu já disse, era o Presidente Lula. E expressava isso nas decisões que tomava. Agora, evidentemente, o Presidente não tomava todas as decisões tendo como referência o Ministro José Dirceu. Mas posso dizer que, muitas vezes, não eram as opiniões dele que prevaleciam.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Só um comentário, Sr. Presidente. Ontem, o Líder do PSDB na Câmara estava no programa *Roda Viva*. Tivemos oportunidade de assistir e achei muito interessante o momento em que a imprensa, os jornalistas que participaram do debate o inquiriram sobre o Azeredo e ele textualmente disse que o Azeredo não tinha de entrar naquela listagem que saiu da CPMI porque ele não estava no exercício do mandato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) – Com a palavra a Deputada Ann Pontes.

**A SRA. DEPUTADA ANN PONTES** – Obrigada. Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Aldo, o cerne da representação feita contra o Deputado Roberto Jefferson se fixa basicamente em dois pontos: o primeiro ponto elencado na representação é com relação aos depoimentos do Sr. Marcos Valério de Souza e da Sra. Renilda de Souza junto à Procuradoria-Geral da República afirmando que o representado Deputado José Dirceu, em conluio com o Sr. Delúbio Soares, teria levantado fundos junto ao Banco Rural e ao Banco de Minas Gerais sob a intervenção e responsabilidade do Sr. Marcos Valério. Esse é um dos pontos da representação feita contra o Deputado José Dirceu. V.Exa. tem alguma contribuição a este Conselho no sentido de rechaçar ou confirmar tais alegações? O segundo ponto da representação, Deputado Aldo, afirma o seguinte: que esses fundos levantados como se empréstimos fossem eram compensados pelo favorecimento aos bancos mencionados, e cujos diretores, Flávio Guimarães, do BMG, e Kátia Rabelo, do Rural, estiveram reunidos com o Deputado José Dirceu e com o Sr. Marcos Valério, de modo que tais mútuos não tenham sido honrados pelos tomadores e tampouco houve cobrança daquelas instituições financeiras.



Pergunto a V.Exa.: V.Exa. tem conhecimento de que os Bancos BMG e Rural receberam algum tipo de favorecimento por parte do representado, Deputado José Dirceu?

Esses dois pontos que eu elenco a V.Exa., como eu reafirmo, são o cerne da representação feita. Então, seria excelente para este Conselho se V.Exa. teria alguma contribuição no sentido de clarear estes dois pontos elencados na representação.

O terceiro questionamento é se V.Exa. confirma a ida, juntamente com o Deputado José Dirceu, à casa do Deputado Roberto Jefferson. Confirmando a ida, se houve o pedido do Deputado José Dirceu para que o Deputado Roberto Jefferson retirasse a assinatura para que a instalação da CPMI dos Correios não fosse instaurada.

E ainda, ao longo desse encontro com o Deputado Roberto Jefferson e o Deputado José Dirceu à casa, de que V.Exa. teria participado, o Deputado Roberto Jefferson solicitou ao Deputado José Dirceu que o mesmo intercedesse junto à revista *Veja* ou ao jornal *O Globo*?

Mais dois questionamentos e encerro, Deputado: V.Exa. tomou conhecimento da existência do mensalão por intermédio do Deputado Roberto Jefferson, já que foi uma afirmação colocada perante este Conselho de que ele teria procurado vários Ministros, inclusive V.Exa.?

E o último questionamento: V.Exa. tomou conhecimento de que o Deputado Roberto Jefferson informou ao Deputado José Dirceu, à época Ministro da Casa Civil, sobre o mensalão?

Eram esses os questionamentos.

Muito obrigada.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** – Muito obrigado, Deputada Ann Pontes. Eu, naturalmente, não posso ajudar a esclarecer as referências que o empresário Marcos Valério e a outra pessoa que a senhora citou fizeram em relação ao Ministro José Dirceu. O que eu vi pela imprensa e o que eu tomei conhecimento é que eles disseram, mas não apresentaram nenhum tipo de prova nem evidência e partiram até do pressuposto de que ele, provavelmente, saberia, mas que não tinham como provar que soubesse. Mas também não posso ajudar a esclarecer porque não tenho



como, por não conhecer e não ter tido nenhum tipo de contato com o Sr. Marcos Valério, nem com o Banco Rural, nem com o BMG. Li esta semana, na *Carta Capital* que está nas bancas, que esse BMG, no caso desses empréstimos consignados, já era um banco líder nessa questão. Ou seja, já era o banco que liderava e que tinha sido pioneiro e que a liderança dele se explica exatamente por ter tido uma atividade anterior nesse terreno. Mas acho que tudo isso as CPIs, com critério, com equilíbrio e com eficiência, podem esclarecer. Eu fui à casa do Deputado Roberto Jefferson. Aliás, o Ministro José Dirceu não queria ir, e eu o convenci a ir. E o convenci a ir porque, depois da matéria da revista *Veja*, o depoimento do Sr. Maurício Marinho desmentia toda a matéria e dava ao episódio um outro desfecho. Ele dizia que falou demais, que pedia desculpas, dizia que o Roberto Jefferson não sabia de nada, que foi envolvido porque ele quis vender prestígio, importância. E, diante disso, julgando que a Polícia Federal já estava investigando e que já estava ouvindo e que o Ministério Público podia fazer a mesma coisa, eu me convenci de que o Deputado Roberto Jefferson, que tinha feito um discurso defendendo a CPI, diante do depoimento do Maurício Marinho, pudesse repensar sua opinião, porque eu achava que para o País, para o Congresso e para o Governo era mais importante a concentração nas atividades ordinárias do Congresso, discutir as matérias e deixar que a Polícia Federal e o Ministério Público fizessem as investigações. E fiz isso com a tranquilidade de quem já havia feito em outros momentos. Lembro que quando aí estava o debate sobre a CPI dos Grampos, por exemplo, eu fui à tribuna várias vezes pedir ao Presidente João Paulo que retirasse da pauta aquela CPI. Uma parte do PT a botava na pauta, achando que era importante, eu achava que aquilo a Polícia Federal iria investigar e esclarecer e que o importante era discutir as matérias que o Congresso tinha na Ordem do Dia e na pauta. Isso em 2003, quando eu era Líder do Governo. A mesma coisa aconteceu com uma outra CPI, que foi aquela que acho que ficou conhecida como CPI do Silveirinha. A Assembléia Legislativa estava investigando, mas algumas lideranças queriam que aquilo fosse uma CPI da Câmara ou do Congresso. Eu fui à tribuna e disse que o mais importante para o País, para o Governo e para o Congresso seria deixar que a Polícia Federal investigasse a Assembléia Legislativa do Rio ou da Bahia e que nós nos concentrássemos nas matérias fundamentais para o País. E que se a Polícia se



revelasse inepta ou incapaz de esclarecer, que então as CPIs poderiam ser instaladas. E fui à casa do Deputado Roberto Jefferson, acompanhado do Ministro José Dirceu. Falei ao Deputado Roberto Jefferson: *“Olha, já foi feito o esclarecimento, já houve o depoimento. A Polícia Federal vai esclarecer isso.”* Ele disse: *“Não, mas eu estou sendo muito atacado pela imprensa, pela mídia”*. Atribuía que gente do Governo teria feito matéria, de fato muito constrangedora, envolvendo a família dele, numa revista, várias páginas de jornais. Ele disse que era uma perseguição, mas não pediu ao Ministro José Dirceu para interferir junto à imprensa, porque eu disse: *“Como é que vai interferir se o PT já é alvo, já tem tantas matérias? Ou seja, o próprio PT está fazendo matéria contra o PT. Se o PT tem força para fazer matéria contra o Governo, contra V.Exa. é porque também está fazendo matéria contra si próprio.”* Eu achei que isso era inverossímil. E conversamos na política. Procurei convencê-lo da importância de a investigação ser feita pela Polícia Federal, da importância de nós nos concentrarmos nas matérias que estavam em apreciação no Congresso e da importância de buscarmos ampliar a unidade da base do Governo, e que eu achava que o afastamento do PTB e dele da base do Governo só podia interessar à Oposição, não podia interessar nem ao Governo nem ao PTB. E a conversa foi feita nesse sentido. Bem, tem mais alguma questão aqui? Deixe-me ver. Ele, o Deputado Roberto Jefferson, falou aqui, no primeiro depoimento, que me teria dado conhecimento da existência quando eu ainda era Líder do Governo. E depois eu falei com ele e disse: *“Olhe, você pode até ter pensado em falar, mas você nunca falou sobre essa questão comigo.”* Mesmo quando conversei com o Deputado Roberto Jefferson, era sempre na companhia de Líderes, ou de Prefeitos, ou de Vereadores, ou de Governadores, e esse assunto nunca foi tratado. A primeira vez que ouvi o Deputado Roberto Jefferson fazer referência a isso foi nessa reunião de março. Deixei alguma pergunta sem resposta, Deputada Ann Pontes?

**A SRA. DEPUTADA ANN PONTES** - Se V.Exa. tomou conhecimento de que o Deputado Roberto Jefferson teria feito essa comunicação para o Deputado José Dirceu.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Não, nem da parte dele, nem da parte do Ministro José Dirceu, nem da parte de ninguém.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra o Deputado Benedito de Lira.

**O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA** - Sr. Presidente, Sr. Relator, meu caro Deputado Aldo Rebelo, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente gostaria de congratular-me com V.Exa., Deputado, pois, no início da sua palavra, V.Exa. nos deu uma aula sobre História do Brasil e História Geral. Isso demonstra muito bem a preocupação que V.Exa. tem com os fatos políticos não só no território nacional, mas também no mundo. Conversava aqui, falava ao ouvido do Deputado Trad, e o Deputado inclusive achou aquilo fantástico. Quero cumprimentar V.Exa. por isso.

Em segundo lugar, Deputado, V.Exa. aqui foi Líder do Governo; depois, Ministro da articulação política, e nenhum outro Ministro teve mais conversa com líderes políticos ou presidentes de partidos nesta Casa do que V.Exa., até porque era o seu mister. Como Líder do Governo, eu bem sei, todos sabemos como o senhor se comportava na tratativa com as Lideranças e com os partidos para a aprovação das matérias, as mais polêmicas. V.Exa. já discorreu sobre isso.

A sua convivência com o Deputado Roberto Jefferson teve dois momentos: o momento de Líder, Deputado Roberto Jefferson Líder, que tratava dos assuntos com relação à bancada do PTB com V.Exa, Líder do Governo; e V.Exa. Ministro, com o Presidente do Partido, o PTB.

V.Exa. já discorreu a respeito, exatamente, da sua presença no Ministério e a sua convivência com o Deputado José Dirceu. Gostaria de saber de V.Exa., Ministro, pelo que o senhor pôde entender ao longo dessa caminhada de denúncias, de ataques — o Deputado Roberto Jefferson era tido no Governo como um dos Líderes mais bafejados —, o que levou — V.Exa. tem alguma informação a nos dar? — o Deputado Roberto Jefferson a considerar o Deputado José Dirceu como o mentor do mensalão na Câmara dos Deputados, atacando o Governo, partidos e Parlamentares?

O senhor tem conhecimento de que, quando o Deputado Roberto Jefferson comunicou ao Presidente Lula que existia pagamento de propinas a Parlamentares para apoiar as matérias do Governo nesta Casa, o Presidente chorou? Ao saber, a reação do Presidente foi chorar?



Desejo saber se V.Exa. considera que o Deputado Roberto Jefferson, ao fazer as acusações que tem feito particularmente e especialmente ao Deputado José Dirceu, como sendo o grande articulador do mensalão e do processo de corrupção, segundo ele, implantado no Governo, fez isso porque tinha conhecimento dessas ações ou porque tinha algum interesse político pessoal contrariado.

Para encerrar: o Deputado Roberto Jefferson falou verdade ou mentiu?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Deputado Benedito de Lira, é muito subjetivo avaliar, medir o que conduziu o Deputado Roberto Jefferson a fazer o pronunciamento que fez, num primeiro momento pela imprensa e, em seguida, junto a este Conselho. O que eu sempre procurei valorizar no Deputado Roberto Jefferson era o esforço que fazia para reciclar a sua legenda e a sua própria imagem. E procurava valorizar e apoiá-lo nesse sentido. Por quê? Porque eu achava que o Governo precisava, como precisa, do apoio dos aliados. Perguntei um dia ao Ministro Waldir Pires, numa viagem para o féretro do Governador Arraes: *“Ministro Waldir Pires, o senhor integrava o Governo do Presidente Jango. Se Jango tivesse declarado apoio ao Juscelino na sua sucessão, teria caído?”* Ele disse: *“Provavelmente não”*. Os Governos, quando perdem maioria no Congresso, enfrentam, inexoravelmente, crises muito graves, como enfrentou Deodoro, em 1891, como enfrentou Getúlio, em 1954, como enfrentou Jango, em 1964. Perdeu maioria, a situação fica muito difícil. Eu valorizava muito o PTB, o esforço de reciclar o partido, de trazer o PTB para o campo de centro-esquerda, de reciclar a própria liderança do Deputado Roberto Jefferson de Parlamentar de facção, de motim de plenário, para se transformar num presidente de partido, num líder partidário. Procurava valorizar. Acho que o que pode ter ocorrido, provavelmente, tenha sido uma grande decepção que o Deputado Roberto Jefferson pode ter sofrido nos seus sonhos, nas suas esperanças, nas suas perspectivas de levar adiante a reciclagem da imagem do seu partido e da sua própria imagem como dirigente partidário. Eu imagino — é algo muito subjetivo — que a frustração, ou fracasso, nessa tentativa pode ter criado um trauma muito grande e uma decepção muito grande no Deputado Roberto Jefferson. Em toda a relação de 2003 e 2004 eu via o Deputado perseguindo com muito esforço... O esforço que ele fez para fazer as alianças do PTB com o PT em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Goiás, mesmo em Salvador —



em Pernambuco não foi possível —, demonstrava essa determinação em criar uma nova imagem e uma nova identidade para o PTB. E ele pode ter atribuído ao Ministro José Dirceu algum fato, alguma ação, alguma iniciativa que possa ter contribuído para a frustração dessa marcha, desse caminho. Ele nunca esclareceu definitivamente. Chegou a insinuar que teriam sido orientação da Casa Civil gravações nos Correios. Eu duvido completamente disso, não acho isso verossímil. Acho que a vida, a política e a tragédia que os homens atraem para si, quando negaram aos deuses a propriedade de seus destinos, talvez expliquem mais do que qualquer outra teoria, Sr. Deputado Benedito de Lira. O Presidente Lula não chorou, pelo menos que eu tenha visto. A reunião foi acompanhada o tempo todo por mim. Quando o Deputado Roberto Jefferson referiu-se a essa questão, já foi no fim da reunião. Acho que outros já responderam a essa mesma pergunta, o Ministro Mares Guia e o próprio Deputado José Múcio. Não vi o Presidente chorar, em nenhum momento. Interesses contrariados? Depende do tipo de interesse. Não creio que tenha sido interesse mesquinho ou material. Um homem não é levado a atos extremos pelo interesse material. Acho que o homem é levado a atos extremos pelos seus sonhos, pelas suas esperanças. Às vezes, como diziam os antigos, os homens não buscam necessariamente o poder, os homens buscam a glória. O herói, no sentido quixotesco, no sentido do fidalgo espanhol, ele não busca o poder, busca muito mais a glória. Está aqui o nobre Deputado que sabe que aqueles gaúchos que pelearam na Farroupilha não tinham convicção nem esperança de vencer o Império, sabiam que não dava para vencer o Império brasileiro, não dava para vencer o Caxias, mas lutaram creio que muito mais pela glória do que pela convicção de poder vencer. Não sei se a possibilidade de ver por terra o seu sonho, o seu projeto de construir um partido, de buscar na cena política do País o seu espaço como líder político, como prócer partidário, e o espaço do seu partido tenha levado o Deputado Roberto Jefferson a esse tipo de atitude e de ação.

**O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA** - Sr. Presidente, uma última pergunta. Não sei, parece que o meu conterrâneo ilustre não a anotou.

Diante de tudo isso, fiz-lhe a seguinte pergunta: o Deputado Roberto Jefferson falou a verdade ou mentiu?



**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** – Olha, eu não vou substituir essa egrégia Comissão que V.Exa. integra com muito zelo, porque seria presunçoso de minha parte fazer esse julgamento. Eu não contribuiria, a não ser com um ato de presunção, julgar aqui quem mente ou quem deixa de mentir ou quem diz a verdade. O que vejo é que a tese segundo a qual nesta Casa existia pagamento para Deputados votarem a favor do Governo, o que posso dizer é que nunca acreditei, não acredito e não tem como ser provada, porque ela não pode ter existido, Deputado. Não é possível que no ano fundamental do Governo, que era o primeiro ano das reformas, esta Casa se arrastasse em negociações intermináveis, madrugada afora, inclusive com Governadores. Lembro aqui das reuniões com a presença de Governadores, de empresários, de Deputados discutindo a reforma da Previdência, a reforma tributária. Quem recebeu dinheiro para votar contra ou a favor daquela matéria? Em seguida vieram matérias como as parcerias público-privadas. Quantas conversas, principalmente no Senado, com os Líderes da Oposição. Matérias como a Lei de Falências. A dos consórcios. A dos consórcios fui eu que negociei, e o Relator, no Senado, foi o Presidente do PSDB, Senador Eduardo Azeredo, indicado de comum acordo com o Governo. Aqui acho que foi a Deputada Angela. Então, não creio nessa hipótese. Uma vez Laplace respondeu a Napoleão. Quando Laplace escreveu o Tratado da Mecânica Celeste, entregou um exemplar a Napoleão Bonaparte. Napoleão leu todo o exemplar, chamou Laplace e perguntou: “Mas o senhor escreveu, explicou a mecânica celeste sem uma única vez invocar a presença de Deus. Como é que isso é possível?” E Laplace respondeu: “Eu não tive necessidade dessa hipótese”. Então, acho que no caso não há como o Governo considerar a hipótese de ter pago para alguém votar num processo, que os senhores acompanharam e testemunharam, de profunda e ampla negociação com a sociedade e ainda mais com o Congresso e com a Oposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Trad) – Com a palavra o Deputado Jairo Carneiro.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** – Ilustre Presidente, ilustre Relator, Deputado Júlio Delgado; ilustre ex-Ministro e nobre Parlamentar Deputado Aldo Rebelo, senhores advogados, nobres colegas, nobre Deputado Aldo Rebelo, creio que V.Exa. é uma dessas figuras que merecem nesta Casa o maior respeito por sua





história, por sua trajetória, por quanto conhecemos da sua vida pública e por sua inteligência.

Por isso, eu, na minha humilde condição, primeiro faria um apelo para que V.Exa. pelo menos alimentasse o estado de dúvida sobre as virtudes e os defeitos humanos, sobre as possibilidades de cada qual. Diria que eu mesmo mantenho as dúvidas sobre se existe esse chamado mensalão, definido pelo Deputado Roberto Jefferson. Creio que o estado de dúvida é importante para que possamos descobrir a verdade.

Na sua boa fé, que é patente, creio que V.Exa. nunca iria admitir que houvesse a corrupção que já está comprovada em várias situações, com o recebimento irregular de recursos financeiros por diversos Parlamentares. E creio que V.Exa. nunca iria admitir, pela história política do PT, que ele pudesse engendrar esse artifício engenhoso que está contaminando a sua história partidária ao ponto de grandes próceres do PT dizerem que está sendo feita a refundação, a recriação do próprio PT.

Sem dúvida, ex-dirigentes do partido enlamearam o nome do seu partido — do seu, não, do PT —, porque o dinheiro correu solto, passando de mão a mão, e temos aí 18 Parlamentares que devem ser processados no Conselho de Ética.

Essa é uma observação que faço com espírito de coleguismo e de respeito a V.Exa., mas é importante preservar o estado de dúvida quando estamos fazendo investigações, sem fazer nenhum tipo de agravo ou de prejulgamento.

Por essa razão, e porque o Deputado Roberto Jefferson era detentor de credibilidade insuspeitável, a ponto de o Presidente Lula dizer que assinaria cheque em branco para ele, eu creio que as palavras dele dirigidas ao Presidente Lula na sua presença deveriam ser tomadas como ato que merecesse plena fé como verdade, a existência daquilo que ele supostamente concebeu e conceituou como mensalão, para justificar uma tomada de providência do Poder Executivo, uma apuração de iniciativa do Poder Executivo, inclusive junto ao seu partido, o partido — PT — do Presidente da República, e isso não aconteceu. São todos os fatos comprovados e noticiados até hoje; nenhuma providência foi assumida pelo Presidente da República diante do conhecimento que lhe levou Roberto Jefferson.



Roberto Jefferson está sendo aqui alvo de um processo, já com deliberação, à unanimidade, do Conselho de Ética. Eu fui o autor da proposta, que mantenho, mas, sem dúvida alguma, ele deveria merecer, da estrutura do Poder, toda a credibilidade na sua argüição e na sua denúncia para o Presidente da República.

Então, eu considero que houve uma omissão, com todo o respeito; houve omissão presidencial, houve omissão das autoridades governamentais em não providenciarem investigação e apuração de logo.

Então, nesse encontro que houve, eu indago a V.Exa.: o Deputado Roberto Jefferson disse que estavam encabeçando esse movimento — eu estou lhe perguntando — o Ministro José Dirceu, o PT, com a participação e conluio com o empresário Marcos Valério. Ele relatou isso nesse encontro com V.Exa. e com o Presidente da República, sobre o mensalão?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** – Sr. Deputado Relator, prezado Deputado Jairo Carneiro, permita-me, antes de responder ao questionamento de V.Exa., fazer também um sucinto comentário sobre a apreciação que faz V.Exa., principalmente da atitude do Presidente da República. Em todos os momentos em que eu pude testemunhar que o Presidente tivesse tomado conhecimento de qualquer irregularidade, a atitude primeira, a pronta atitude do Presidente foi de investigar rigorosamente. Quando houve o episódio do Waldomiro Diniz, o Presidente — nem a revista tinha saído às bancas — convocou a mim e ao Ministro Márcio Thomaz Bastos e, de pronto, orientou: *“Demita o Sr. Waldomiro Diniz, anuncie a abertura do inquérito pela Polícia Federal, anuncie que o Governo pede ao Ministério Público a investigação, e o senhor faça a sindicância na Secretaria da Coordenação Política”*, a quem estava subordinado o funcionário Waldomiro Diniz. Essa foi a orientação que o Presidente fez no mesmo momento. E é evidente que se tratava de um funcionário do Poder Executivo. Quando o Deputado Roberto Jefferson, num fim de reunião, já com alguns de pé, inclusive o Ministro Mares Guia, que disse que nem ouviu direito o que tinha sido comentado — naturalmente, alguns se levantam e outros ficam ainda conversando com o Presidente —, fez referência a essa questão, o Presidente Lula, em seguida — a reunião não havia se encerrado como um todo —, pediu ao Deputado Arlindo e a mim que levantássemos as informações sobre essa questão, o que nós fizemos de imediato. Informamos que



essa denúncia tinha sido publicada no *Jornal do Brasil*, que a Câmara tinha tomado a iniciativa de abrir um procedimento de investigação, que o Presidente João Paulo tinha notificado o Ministério Público e que, naturalmente, por serem essas instituições — e por se tratar de uma coisa no Congresso Nacional — devia o Governo acompanhar. E o Presidente disse: “*Não, qualquer novidade, qualquer notícia sobre esse fato, eu quero ser informado*”. Acho que seria diferente se o Poder Executivo, o Presidente da República ou quem quer que fosse pedisse à Polícia Federal e ao Ministério Público que fizessem uma investigação sobre uma denúncia que nem foi feita formalmente. Foi mais um comentário no sentido político de algo que estivesse acontecendo na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal. Eu acho que não seria, do ponto de vista da relação entre os Poderes, uma atitude correta nem saudável. O que eu posso dizer, nobre Deputado Jairo Carneiro, é que a referência do Deputado Roberto Jefferson, que ele disse que falou duas vezes com o Presidente — a outra vez eu não presenciei, não sei em que circunstância, nem de que forma —, mas o Presidente disse que só falou nesse momento e falou nessa circunstância, já com a reunião dispersa, já com a reunião em ambiente de encerramento. Mesmo assim, o Presidente tratou de pedir as informações que o seu Líder na Casa e que a Coordenação Política pudessem oferecer a ele, e que foram oferecidas de acordo com as providências que a Câmara dos Deputados tinha adotado.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Eu aceito as explicações de V.Exa., embora a notícia, creio que a primeira vez, chegada ao Presidente tenha sido em 2003, sobre o assunto. Mas prossigo: V.Exa., seja como líder, seja como Ministro, presenciou, participou de reuniões na Casa Civil com as presenças de ex-dirigentes do PT, os senhores Delúbio Soares, Sílvio Pereira, José Genoíno?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Em nenhuma circunstância, em nenhum momento sequer encontrei o Sr. Delúbio, ou o Sr. Sílvio Pereira ou o Deputado Genoíno na Casa Civil. No meu gabinete, recebi algumas vezes o Deputado José Genoíno, mas nunca também no meu gabinete recebi a visita do Sr. Delúbio ou do Sr. Sílvio Pereira.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** – V.Exa. declarou, respondendo à Deputada Ann Pontes, que sobre os dois pontos, que são os pontos centrais da



representação contra o Deputado José Dirceu, que não tem conhecimento da ocorrência daquelas situações. Confirma isso?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** – Confirmando.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** – Confirma. E agora pergunto: a que V.Exa. atribui o fato da indicação do seu nome para figurar como testemunha arrolada pelo Deputado José Dirceu?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** – Atribuo a uma decorrência de ordem legal. Ou seja, há em qualquer processo a previsão de testemunhas que podem e que devem ser arroladas. E acho que, em função e em decorrência dessa situação jurídica, da normalidade jurídica do processo, o Deputado José Dirceu tenha arrolado o meu nome como testemunha.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** – A constatação última que nós podemos obter, sem emitir qualquer juízo de valor, é a de que V.Exa. não traria alguma contribuição efetiva ao esclarecimento da verdade por não ter conhecimento dos fatos que são imputados ao Deputado José Dirceu. Está correto?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** – V.Exa. pode repetir a formulação?

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** – Posso. O que nós constatamos, ao final, é que V.Exa. não trouxe contribuições efetivas ao esclarecimento dos fatos que são atribuídos a práticas pelo Deputado José Dirceu ou ao Deputado José Dirceu.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** – Essa avaliação, naturalmente, nobre Deputado Jairo Carneiro...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** – Eu estou questionando V.Exa...

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** – Estou respondendo a V.Exa. que não cabe à testemunha julgar o seu próprio depoimento. Quem julga o depoimento da testemunha é quem tem atribuição legal de fazê-lo. Eu lembro aqui um episódio: lá na minha cidade de Viçosa havia um tocador de violão chamado Zé do Cavaquinho, e levava muito tempo tomando pinga e tocando violão. E, um dia, numa festa, chegou lá uma senhora e disse: *“Zé do Cavaquinho, pare de beber e de tocar que eu preciso lhe fazer um convite”*. Zé do Cavaquinho parou e disse: *“O que é, minha senhora?”* *“Você só vive bebendo e tocando. Venha ser Testemunha de Jeová!”* Zé



do Cavaquinho espantou-se e falou: “*Eu não conheci Jeová. Não sei quem matou Jeová. Não quero ser testemunha de Jeová.*” (Risos.)

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** – V.Exa. conclui, corroborando com as constatações.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** – O julgamento cabe, naturalmente, aos senhores. Eu venho aqui responder aquilo que era do meu conhecimento com a verdade, que é o que esta Comissão espera, e não quero fazer avaliação do que eu próprio disse aqui aos eminentes colegas.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** – Eu agradeço. Estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Trad) – Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** – Deputado, camarada Aldo, eu estava conversando aqui com o nosso companheiro Renildo quando V.Exa. disse, com propriedade, que ninguém que assume o Governo entrega cargos para adversários. Eu queria saber como é que anda a nossa República Popular da China, que foi citada por V.Exa.: quem seria o adversário lá para entregar o cargo? Segundo Renildo, são as correntes do Partido Comunista. (*Riso do orador.*) Mas vamos ao que nos interessa aqui de imediato. Deputado, o senhor se considera desobrigado, quando no exercício das funções de Ministro, dos princípios éticos e de decoro parlamentar inerentes ao mandato eletivo do qual estava licenciado?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** – Eu me considero obrigado ao decoro em todas as atividades que exerço.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** – Portanto, o senhor se considerava não-Deputado naquele momento?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** – Claro que eu não era Deputado, eu era Ministro. Eram funções distintas, funções diferentes nesse sentido de responsabilidades distintas. A responsabilidade do Parlamentar é uma; a responsabilidade do Ministro é outra na distribuição de suas funções.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Mas, de qualquer forma, como funções públicas, tinham fortes correlações nesses princípios éticos de serviço público.



**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Claro.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - A segunda indagação: o senhor foi incumbido pelo Presidente Lula de coordenar uma sindicância sobre as práticas questionadas do Sr. Waldomiro Diniz. Aí eu fiquei com uma dúvida: ele, para nós, era o assessor parlamentar da Casa Civil; foi assim durante 2003. No início de 2004, ele ficou subordinado à Secretaria de Coordenação Política, mas mal o senhor tinha assumido aquela função, não é?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - O que se concluiu de mais relevante nessa sindicância?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Concluiu-se por algumas responsabilizações do Waldomiro Diniz. A Controladoria-Geral da União recomendou à Advocacia-Geral da União algumas providências, mas, eu, de cabeça, não lembro.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Mas tinha alguma coisa a ver com a ação dele enquanto assessor parlamentar da Casa Civil, portanto vinculado ao então Ministro José Dirceu?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Não.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Porque ele tinha essa função de assessor parlamentar.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Tinha. Ele foi assessor parlamentar durante o período em que o Deputado José Dirceu acumulou a Coordenação Política e a Coordenação de Governo. Quando eu assumi, ele continuou, durante 15 dias, 1 mês, aí veio a denúncia da revista *Época* e ele foi afastado e assumiu o jornalista Alon, que o substituiu na função.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Mas, então, na sindicância não houver nenhuma vinculação com ações dele na relação com os Parlamentares?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Nenhuma.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - O senhor disse, e eu também partilho dessa ignorância, no sentido literal da palavra, que não sabia do mensalão nem de compra de votos, exceto a partir do momento em que o *Jornal do Brasil*, em



setembro de 2004, estampou. Muitos de nós, aqui, ninguém sabia que essas conversas eram freqüentes nos banheiros da Casa. De qualquer maneira, hoje, o quadro é outro, há revelações, que até nos surpreenderam, de muitos recursos para lá e para cá, de um esquema milionário, até essa figura, que muitos de nós nem conhecemos pessoalmente, apareceu no cenário, o Sr. Marcos Valério. Que visão o senhor tem hoje de tudo o que nos traz aqui, que, aliás, será objeto de sucessivas representações e trabalhos no Conselho de Ética, em relação ao que ganhou apelido, dado pelo Deputado Roberto Jefferson, de mensalão, compra de votos, recursos para campanhas? O senhor continua achando que isso não tem procedência alguma ou há já elementos novos que nos permitem entender que o esquema existiu?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - O problema do financiamento de campanha é um problema antigo no Brasil. Esta semana a revista *Carta Capital*, em uma matéria extensa e longa, faz um levantamento das arrecadações de campanha de 1989 a 2002. E lá o que se constata é como a arrecadação do Partido dos Trabalhadores é tão pequena e tão pobre comparada à arrecadação dos outros partidos. Na campanha de 1994, parece-me, enquanto o PT arrecadou 9 ou 10 milhões de reais, a candidatura que venceu as eleições arrecadou 170 e tantos milhões de reais. Na de 1998, essa diferença é maior ainda. Eu vi que, em 2002, a arrecadação do Partido dos Trabalhadores só veio ultrapassar a arrecadação do candidato José Serra no 2º turno. Até agosto, a arrecadação do Partido dos Trabalhadores era de 5 milhões de reais e a do seu oponente já ultrapassava 20. Quando foi no 2º turno... O que o Marcos Valério disse lá? Que entrou na campanha no 2º turno para se reposicionar na disputa eleitoral. Então, é um volume muito grande de recursos, mas são recursos que correspondem muito pouco. Por exemplo, o que a CPI do BANESTADO enviou para a Receita Federal, Deputado Chico Alencar — está na matéria da revista *Carta Capital* — só de multas às empresas, resultou num volume de mais de 200 bilhões de reais de multa às operações irregulares. O que o tesoureiro do PT arrecadou, comparado com esse volume, é uma fração inferior a um, dá zero vírgula poucos por cento. Esse dinheiro todo está lá fora, E por essa razão talvez se explique que uma parte desses recursos tenha sido paga lá fora. Acho que é um mundo que começou a se



complicar ainda em 1994, quando passou a se permitir a doação de pessoa jurídica, que não era permitida antes. Na CPI do Collor, causou constrangimento a convocação de grandes empresários, de empresas multinacionais, do Dr. Antônio Ermírio e de outros, porque não era só o dinheiro do caixa dois, era o dinheiro ilegal, porque a doação não era permitida. Em 1994, mudou-se a lei, com o apoio, naturalmente, dos grandes partidos, e passou-se a admitir a doação de pessoa jurídica. Aí o volume de recursos arrecadados passou a ser muito grande, passou a ser uma coisa espantosa. Daí, evidentemente, para os episódios ora denunciados e para o envolvimento de personalidades e de dirigentes partidários nessa questão, é um passo como as CPIs estão, naturalmente, investigando e esclarecendo.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - O Deputado Roberto Jefferson disse que um dos problemas foi o acordo político eleitoral do PT com o PTB nas eleições e o não provimento de recursos financeiros para a campanha prometidos nas eleições de 2004. No caso da aliança histórica do PT com o PCdoB, para 2004, também houve esse tipo negociação, de aportes financeiros? E ele teve êxito? Onde havia coligação, não foi o caso do meu Rio de Janeiro, por exemplo.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Participo de alianças com o PT desde a época do movimento estudantil. E, nas eleições, desde a eleição da Prefeita Erundina. Depois o Presidente Lula, em 1990. Acho que o Plínio de Arruda Sampaio foi candidato a Governador, e até hoje essas alianças foram feitas. O que tenho visto é sempre, quando as campanhas são discutidas, o PT pedir a colaboração do PCdoB para pagar televisão, para pagar aquelas coisas que são mais caras numa campanha. Geralmente o que vejo é que não temos nem para pagar a nossa quanto mais para pagar as outras. Mas, nas campanhas majoritárias, o que eu tenho visto é sempre participarmos de uma cota para ajudar a pagar as campanhas majoritárias, que são as campanhas comuns do PT com o PCdoB.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - O senhor disse que insistiu para que o então Ministro José Dirceu fosse à casa de Roberto Jefferson. Ele não queria e alegava o quê? E, em lá estando, qual foi a participação dele? O Deputado Roberto Jefferson, com sua mente muito rica, descreveu cenas quase patéticas, os senhores se ajoelhando perante ele para implorar que não continuasse insistindo na CPI. Queria saber objetivamente isso: por que o Deputado José Dirceu não queria ir?





Que argumento seu mais decisivo o levou a se convencer do contrário? Qual a participação dele nessa reunião famosa?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Já tinha a matéria da revista *Veja*, creio que já até houvera o discurso do Deputado Roberto Jefferson pedindo a CPI, e o Deputado José Dirceu questionou se, num ambiente daquele, num momento daquele, não seria expô-lo, como Ministro, ir pedir a alguém para tirar uma assinatura para não fazer a CPI. E dou razão a ele nessa ponderação. Mas a minha função era essa. Eu achava que, naquele momento, a CPI era uma coisa superada, que o depoimento do Maurício Marinho já tinha esclarecido, que a Polícia Federal faria a investigação e que, se fosse suficiente, faríamos uma CPI depois. Nunca seria tarde para fazer uma CPI, como já se tinha adotado esse procedimento em outros momentos e em outras circunstâncias. E a conversa com o Deputado Roberto Jefferson transcorreu num ambiente político: eu fazendo o esforço de explicar que essa CPI não era necessária, que o depoimento e a carta que ele tinha feito já dava o episódio, pelo menos até ali, por esclarecido, e que se fatos novos e relevantes viessem a aparecer ou a ser apurados a CPI poderia ser constituída. O Deputado Roberto Jefferson achou que tudo bem, que podia ouvir a Direção do partido, que iria se reunir próximo ao apartamento dele. Dito isso, nós nos retiramos. Ele perguntou se a gente queria entrar ou sair pela garagem. Eu disse que não, que queria entrar pela frente e sair pela frente, como sempre fiz e como sempre farei.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** – Mas ele alega que fugiu bastante de vocês, que foram lá de manhã. Ele mandou, inclusive, a empregada dizer que não estava e foi surpreendido, porque ela deixou vocês entrarem quando ele estava no banho, creio eu até cantando, descontraído. De repente, chegam dois Ministros para pressioná-lo. É a versão que ele disse neste Conselho. Não estou inventando nada.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Deputado, V.Exa. disse que convenceu o Deputado José Dirceu a ir à casa do Deputado Roberto Jefferson. Quero transcrever aqui um questionamento feito pelo Deputado Chico Alencar no dia do depoimento do Deputado José Dirceu, na representação do Deputado Roberto Jefferson. Palavras de V.Exa., Deputado Chico Alencar. “Eu queria agregar também... O senhor até falou que, no caso de ir à casa dele, se arrepende de ter ido porque assumiu uma função política que não era sua. Mas, se não me engano, o



Deputado Aldo Rebelo também foi nesse dia. O Deputado José Dirceu respondeu: “Não, não. É que houve uma reunião, uma tentativa. Eu não conheço os fatos, porque eu não estava presente.” O Deputado Chico Alencar pergunta novamente: “O Deputado Aldo Rebelo também foi nesse dia?” “Não, não. É que houve uma reunião, uma tentativa. Eu não conheço os fatos, porque não estava presente. Que também o Deputado Roberto Jefferson ou a imprensa colocaram a minha participação. Eu não fui na noite anterior à casa do Deputado Roberto Jefferson acompanhado de vários. Eu não sei se foram Parlamentares ou Ministros para conversar com ele. Eu fui no outro dia, a pedido do Ministro Walfrido e do Líder José Múcio, conversar com o Deputado Roberto Jefferson.” Palavras do Deputado José Dirceu nas reiteradas vezes que foram a ele solicitadas. Essa é a transcrição dos questionamentos feitos pelo Deputado Chico Alencar ao Deputado José Dirceu naquele dia.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** – Obrigado. Eu nem me lembrava desse detalhe. Não sou um inquisidor muito competente. Mas, de qualquer forma, o Ministro Aldo está confirmando essa ida dele com o Deputado José Dirceu — apenas os dois, né? — à casa do Deputado Roberto Jefferson.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** – Os dois. E lá encontramos... Um tempo depois chegou o Deputado José Múcio. Dessas reuniões anteriores eu não participei. Se tivesse sido convidado para conversar com o Deputado Roberto Jefferson, provavelmente teria ido.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** – Mas o senhor nega que tenha ido antes e não tenha sido recebido lá.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** – Não. Antes eu não fui, em nenhum momento. E quando decidi ir e fiz contato com o Deputado Roberto Jefferson, ele nos recebeu sem nenhum problema.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** – Sem nenhuma contrariedade nem surpresa.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** – Não me pareceu.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** – E a participação do Deputado José Dirceu foi discreta nessa reunião?



**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** – Foi.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** – Falou pouco?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** – Falou muito pouco.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** – Por fim, Deputado, o senhor disse que o Presidente Lula, na única vez em que essa questão do chamado mensalão veio à tona para o seu conhecimento, numa reunião no Palácio, com o Presidente Lula — portanto, o Deputado Roberto Jefferson mente ou se engana ou se confunde ao dizer que o senhor estava na relação de Ministros a quem ele procurou para comunicar especificamente a existência desse suborno, dessa propina —, se entendi bem, a única vez que o senhor soube disso foi, além das notícias de jornal, nessa reunião de março.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** – De março.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** – Antes, jamais. Nenhum contato.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** – Só. A não ser da leitura da matéria do JB.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** – Então, o Deputado Roberto Jefferson, segundo a sua afirmação, mentiu a este Conselho.

Mas o Presidente pediu uma sindicância ao senhor e ao Deputado Arlindo. Levaram o resultado dessa, não bem sindicância, dessa investigação?

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Apuração aqui na Casa.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - É, essa apuração aqui na Casa, um relato formal ou mesmo informal ao Presidente da República?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Em primeiro lugar, eu quero só deixar registrado que eu não estou chamando o Deputado Roberto Jefferson de mentiroso. Estou dizendo apenas que ele pode até ter tido a idéia, a intenção, de me dizer, mas não me falou em nenhum momento, nem quando eu era Líder do Governo; nem ele e nem um outro Deputado. E nenhum jornalista e ninguém me falou desse assunto, como ninguém, nem Deputado, nem jornalista, me falou desse assunto quando eu estava no Ministério. Isso é o que eu tenho a dizer como fato. O Presidente Lula pediu a mim e ao Deputado Arlindo que levantássemos as informações sobre aquelas referências do Deputado Roberto Jefferson: o pagamento de Parlamentares.



Eu tinha conhecimento da matéria pelo *Jornal do Brasil*. Li no primeiro dia; no segundo, quando a matéria já se esvaía, por negação da própria fonte a quem a matéria era atribuída, eu já não tinha tomado conhecimento. Não sabia dos procedimentos da Câmara. Vim saber, porque o Deputado Arlindo levantou que a Corregedoria tinha tomado a iniciativa da abertura de um procedimento de investigação, que o Deputado João Paulo tinha enviado ao Ministério Público e que a Procuradoria, no fim das contas, eu acho que já tinha processado era o jornal ou o jornalista.

Tinha algumas iniciativas aqui. Nós reunimos todas elas, informamos o Presidente, e o Presidente disse: "Olha, qualquer nova informação sobre esse fato, eu quero ser posto a par".

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Por fim, ficou notória, na sucessão de notícias da imprensa, uma eventual disputa em termos de coordenação política efetiva do Governo, em especial junto a esta Casa — a famosa competição José Dirceu *versus* Aldo Rebelo, aquele jogo, tentativa, de influências. Até onde isso é expressão de algo que o senhor já disse aqui, que é falta de identificação política em relação a rumos do Governo, a procedimentos? A natural divergência política acabou por se expressar nessa possível competição de atribuições?

Porque aí eu até adendo: de fato, o Ministro José Dirceu tinha alta influência na relação política aqui na Câmara, junto a Parlamentares. Eu não tive esse privilégio, por razões que não vêm ao caso aqui, mas de fato ele tinha essa vocação e esse ânimo do exercício da coordenação política, mesmo quando V.Exa. lá esteve. Isso teria alguma relação com essas divergências?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Uma, pelo menos, Deputado Chico Alencar, ficou muito evidente, que era uma disputa em torno da reeleição. Eu e o meu partido ficamos contra a tese da reeleição desde o início. A tese da reeleição era uma tese que era defendida aqui na Casa, com apoio do Ministro José Dirceu, do Presidente da Câmara, do Presidente do Senado. Embora não tivesse nem força, nem meios... Uma modesta bancada de 9 ou 10 Deputados não tinha grande interferência. Mas houve essa disputa. Era uma divergência de idéias, de opinião, de rumos. Eu achava que a reeleição era uma coisa ruim para o Congresso, ruim para o País, ruim para a Câmara e ruim para o Senado, errada. O José Dirceu achava



que era uma coisa importante, correta, boa para o Governo. Tinha opiniões distintas sobre como articular a base, organizar a base na Câmara, organizar a base no Senado, e outras matérias. Talvez também seja legítima a aspiração do PT ou da maior parte dele de ter a coordenação política. Eu considerava legítima essa aspiração. Tinham o Presidente da República, o Ministério da Fazenda, a Casa Civil. Por que não podiam ter a Coordenação Política? Só que não cabia ao partido escolher, cabia ao Presidente da República. Achava que havia ali uma coisa que era um método errado e ruim. Mas essas divergências, essas diferenças que resultavam nesses episódios que a imprensa noticiava, não me fazem conduzir para o plano pessoal. Nunca levei isso para o plano pessoal, sempre considerei uma coisa da disputa política, que eu achava que era errada da forma como era realizada, como era tratada. Episódios, inclusive, que chegaram a ser noticiados e que não aconteceram. Na revista diz-se que houve quase que vias de fato, por conta disso. Não, ficou tudo no campo da política, mas eu sempre procurei evitar que fosse para o campo pessoal.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Sr. Presidente, apenas um outro detalhe — agora é o último mesmo. Do ponto de vista do crescimento dos partidos da base aliada, alguns com crescimento extraordinário, o PTB, o PL, o PP, se não me engano, com essa transferência de Deputados eleitos por uma legenda e que foram para outros, isso, na articulação política, teve, lá na Secretaria da Coordenação Política, alguma discussão, algum debate, alguma interferência, algum acompanhamento? E a denúncia desse estímulo financeiro para algumas dessas trocas chegou até o conhecimento de V.Exa.?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Eu nunca ouvi falar em estímulo financeiro nenhum para a troca de partidos, mas muitos Deputados me procuravam para discutir as suas opções partidárias. Eu sabia até como era que os Deputados viam as suas legendas. Por exemplo, o PMDB era sempre uma legenda que atraía os Deputados por ser uma legenda forte, de grandes lideranças nacionais, com projeto de poder próprio. O Deputado entra ali sabendo que vai partilhar com outros líderes um espaço. Às vezes, no PP, no PL, no PTB, o Deputado entra porque sabe que a legenda não tem o peso, por exemplo, que tem o PMDB, mas, em compensação, ele vai ser o principal líder daquela legenda naquele Estado. Isso é



uma compensação, por a legenda não ser grande, não ser forte, não ter a densidade eleitoral que tem o PMDB. Meu partido encomendou uma pesquisa sobre como o partido é visto pela sociedade. E mesmo depois de 8 anos de Governo do PSDB, a imagem do PMDB ainda hoje é uma imagem mais forte. Então, muitos queriam ir para o PMDB por causa disso. Outros queriam, achando que o Governador do Maranhão vai para o PTB, os Deputados pensavam: “*Será que eu também vou para o PTB? O Governador de Roraima vai para o PTB!*”. Isso tudo orientava a posição dos Deputados. Eu não tenho conhecimento de que, em nenhum caso, essa decisão tenha sido motivada por dinheiro. Se houve ou se aconteceu, eu não tive nenhum tipo de conhecimento. O que eu sei é que a mobilidade dentro dos partidos, por razões que eu compreendo como políticas, aconteceram neste Governo e aconteceram nos Governos anteriores, basta fazer o exame e o levantamento para o senhor constatar.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Eu não queria... não queria, Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Trad) - Esta Presidência chama o Deputado Carlos Sampaio como próximo argüente. Entretanto, observa que teremos, às 14h30, audiência com o colega Deputado Eduardo Campos e, às 18 horas, teremos audiência com o nosso colega, Deputado Chinaglia. Por isso mesmo, a Mesa solicita aos colegas — são 3 — que se limitem ao tempo necessário e regimental nas perguntas ao Deputado Aldo Rebelo, para que possamos, nós também, fazer uma homenagem àqueles famélicos que já estão suplicando com os olhos e olhando intermitentemente para os relógios. Tem a palavra o nobre colega.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Sr. Presidente, sem interromper o questionamento do nobre Deputado Chico Alencar, mas uma dúvida eu queria tirar com o nobre Deputado Aldo. O dinheiro que o senhor citou, que teria sido feita alusão no levantamento feito pela revista *Carta Capital* inclui dinheiro não contabilizado ou foi um levantamento feito apenas com os recursos do TSE?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - A maior parte da matéria dos recursos contabilizados no Tribunal Superior Eleitoral.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Declarados?



**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - É. Mas há também cifras por cálculo de aproximação de dinheiro recebido de caixa 2.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – É, a gente faz alusão, porque hoje já existe a tendência inclusive do caixa 3, porque o contabilizado é o que existe. O caixa 2 é o que supõe a existência, pelos repasses com os bancos. E o caixa 3 é o que não se sabe, não se conhece, porque não tem saque em banco. É uma dúvida sobre esses levantamentos.

**O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA** - Presidente Nelson Trad.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - É só uma alusão, até porque, a partir de 94, como disse o nobre Deputado Aldo Rebelo, surgiu inclusive o Fundo Partidário, e o PT esse ano recebeu 23 milhões, não para utilizar com pagamento de passagens, muito menos para não-membros do PT, como foi o caso do Sr. Waldomiro Diniz.

**O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA** - Sr. Presidente, quais são, por favor... Qual a ordem dos inscritos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Trad) - V.Exa. é o próximo e o Deputado Fantazzini o último titular inscrito. Temos 3 suplentes ainda inscritos.

Com a palavra o nobre Deputado Carlos Sampaio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Sr. Presidente, demais conselheiros, caro depoente Aldo Rebelo, por quem tenho grande respeito pela sua história de vida e pela sua história no Parlamento. Eu tenho para mim que a postura de V.Exa. dignifica o Parlamento.

Farei perguntas bastante objetivas e pediria a V.Exa., se fosse possível, também objetivar nas respostas, em razão do apelo feito pelo Presidente. Vou tomar a liberdade de elencar algumas ações e gostaria que V.Exa., como Ministro que foi, até, me dissesse se no seu entender essas são ações típicas de um Ministro da Casa Civil. A primeira delas: ajudar na construção de uma base de sustentação do Governo. É a primeira pergunta que lhe faço, Deputado Aldo Rebelo.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Acho que sim, não só dele exclusivamente, mas todos os Ministros têm que ajudar na construção da base social, da base política e da base parlamentar do Governo.



**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Mas particularmente dentre as funções que caberia ao Ministro da Casa Civil, essa seria uma das funções relevantes, a construção desta base aliada?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Se ele acumulava...

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Como de fato acumulava antes de V.Exa. assumir.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Se ele acumulava o papel de Coordenador Político, ele tinha que ter um papel relevante nesta matéria.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Eu faço até uma ponderação a V.Exa. com relação a isso. O Presidente Lula, quando se referindo ao Ministro José Dirceu, disse a todos da imprensa: "*Este — apontando o Ministro José Dirceu — é o capitão do time*". Não sei se V.Exa. se lembra desse episódio.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Lembro.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - V.Exa. tem conhecimento — e aí na área política, mas puxando um pouco para a área futebolística, já que o nosso Presidente da República gosta tanto — de um capitão do time que não saiba as funções de seus atletas, a posição de cada um deles, ainda mais quando este capitão ajudou a construir o time, chamado base aliada?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - É evidente que o capitão do time tem uma responsabilidade e uma função específica, mas nem sempre ele é a liderança principal dentro do time ou o principal elemento do próprio time. Eu creio que o Ministro José Dirceu cumpria no Congresso, principalmente no primeiro ano, uma responsabilidade que era evidente para todos nós. Ou seja, não só negociava com a base do Governo como também era o interlocutor freqüente com a própria Oposição.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Perfeito. Ainda dentre essas funções do Ministro da Casa Civil que acumulava a Coordenação Política, seria uma das funções dele zelar pelo Governo, evitando, evidentemente, que Parlamentares que não tivessem uma postura com relação à ética, a sua história de vida recomendável..., ele teria que zelar para que nesta base parlamentar tivesse realmente Parlamentares que tivessem uma postura ética adequada ao Governo do PT, que foi eleito com a bandeira da ética?





**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Eu não posso, nesse caso, Deputado Carlos Sampaio, responder pelo Ministro José Dirceu. O que posso falar é por mim. E como Coordenador Político eu sempre procurei tratar todos os Parlamentares, sem exceção, como representantes do povo e, até provem o contrário, todos eles merecedores do respeito e do tratamento distinto por parte do Governo.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Essa sempre foi a postura de V.Exa. e eu sou testemunha disso. Só digo, só fiz essa ponderação porque o Ministro José Dirceu, quando veio aqui, e em várias oportunidades, buscou desqualificar tanto as denúncias do Deputado Roberto Jefferson como a própria figura do Deputado Roberto Jefferson, dizendo que, por sua história, não era a pessoa mais indicada a fazer denúncias de quem quer que fosse. Só que esse mesmo Deputado que não tinha qualificação para as denúncias, num dado momento, teve uma grande qualificação para integrar a base do Governo e, portanto, liderar ações em nome do Governo. Perguntaria se V.Exa. vê isso como uma dicotomia na postura do Deputado José Dirceu.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** – O Deputado Roberto Jefferson sempre gozou do respeito, do prestígio e do reconhecimento pela função que exerceu aqui como Líder do PTB e depois como Presidente do PTB. E eu quero deixar registrado que sempre o tratei a partir dessa perspectiva. Eu imagino que a resposta do Deputado José Dirceu não foi ao Líder Roberto Jefferson nem ao Presidente do partido, a resposta foi às acusações que ele recebeu. Então, eu acho que toma uma natureza distinta a apreciação do papel do Roberto Jefferson como Líder e como dirigente partidário e a resposta que o Deputado José Dirceu deu ao seu principal acusador.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** – Ainda dentre as funções do Chefe da Casa Civil, seria função dele, ou melhor, seria recomendável que ele não lançasse mão ou se valesse de expedientes escusos ou eticamente reprováveis para evitar que órgãos do Governo fossem investigados?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** – Não entendi a pergunta, Deputado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** – O Ministro da Casa Civil deveria fazer de tudo para que não houvesse qualquer movimentação escusa para que



órgãos do Governo deixassem de ser investigados. Ou seja, ter uma conduta que impedisse uma investigação de um determinado órgão, ou usar, se valer de um expediente para impedir que determinado órgão, acusado de irregularidade, fosse investigado.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** – Mas eu não creio que o Ministro José Dirceu tenha usado de qualquer expediente para impedir qualquer tipo de investigação.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** – Eu vou ser muito franco com V.Exa.: eu tenho a mais absoluta convicção de que o que o moveu a ir à casa do Deputado Roberto Jefferson foi a convicção de que outros órgãos poderiam desenvolver essa função, e efetivamente o Parlamento continuar na sua atividade ordinária. Mas eu tenho para mim que a ida do Ministro José Dirceu e o pedido do Ministro José Dirceu para que o Deputado Roberto Jefferson retirasse a assinatura teriam uma segunda intenção. Digo isso porque — e aqui, neste particular, Deputado Aldo Rebelo, eu ousou discordar de V.Exa. — a CPI não podia ser feita em qualquer momento posterior, ela se mostrou uma CPI tardia. Tivesse sido antes criada, evitaríamos grandes prejuízos aos cofres públicos. Hoje não se discute mais a existência dos saques, saques vultosos, não se discute mais a periodicidade desses saques, não se discute mais a existência desses pagamentos mensais — a que se pode dar o nome do que quiser, de caixa dois, de não contabilizado —, enfim, todos os expedientes que vieram à luz depois da CPI. A queda de todos os diretores de Furnas, todos os diretores do IRB, todos os diretores dos Correios, 2 diretores do Banco do Brasil, tudo isso a CPI proporcionou. Acho que ela veio tardia e não poderia ser feita mais tarde. E como tinha um envolvimento desses aspectos direto ou indireto do Ministro José Dirceu, e nunca de V.Exa. — por isso falo com tranqüilidade —, eu sei o que o moveu: é que às vezes eu tenho para mim que o interesse maior do Ministro José Dirceu é que realmente todos esses fatos não viessem à luz. É uma convicção pessoal.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** – Não creio. V.Exa. tem o direito de analisar dessa forma, mas é tudo extremamente subjetivo.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** – Eu concordo.



**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** – Porque, se formos analisar regressivamente o desdobramento de todas as CPIs que não foram criadas e que não foram instaladas, eu não sei aonde nós chegaríamos. O que eu sei é que, dispondo daquele elemento que era a entrevista e o depoimento do Sr. Maurício Marinho na Polícia Federal, eu achei que para o País era mais importante que aquela investigação prosseguisse no âmbito da Polícia, e que o Congresso continuasse cuidando das outras atividades: de legislar e de resolver questões importantes para o País, como considerei da mesma forma em outros momentos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** – Deputado, eu acredito na motivação de V.Exa. e falo isso com toda a sinceridade. Seria alguma função, dentre elas, uma função da Casa Civil intermediar transações de natureza comercial entre empresas privadas?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Eu também não creio que a Casa Civil tenha adotado esse tipo de procedimento.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Eu explico. O ex-Ministro José Dirceu, em sua defesa, apresentada inclusive pelos nobres defensores, no afã de confirmar que não tratou de empréstimos com dirigentes do Banco Rural, alegou que o próprio Banco Rural desmentiu essa afirmação, alegando, abre aspas, disse a defesa, "manteve reunião com o requerente" — isso o Banco Rural —, "ex-Ministro José Dirceu, com a única finalidade de discutir a liquidação do Banco Mercantil de Pernambuco". Essa seria uma atividade que estaria entre aquelas elencadas como uma função do Chefe da Casa Civil?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Eu considero que, quando nós exercemos função pública, nós partilhamos com a sociedade, com os trabalhadores, com os intelectuais e com empresários opiniões ou reivindicações que os homens públicos, tanto Deputados, quanto Ministros, estão habituados a receber. Eu não sei, por antecipação, o que o dirigente de um banco, de uma empresa pode querer discutir quando pede uma audiência. Eu concedo audiências como Deputado e concedi como Ministro...

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Se me permitir um aparte, V.Exa., enquanto coordenador político, por exemplo, quando lhe pediam uma entrevista,



V.Exa. não perguntava sequer qual era o tema, simplesmente se limitava a agendá-la?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** – Às vezes pedia e às vezes eu não pedia, dependia do que...

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Eu lhe digo isso, Deputado, porque até como Deputado, quando me pedem uma audiência, eu procuro me inteirar do assunto, até para poder responder de forma satisfatória ao interlocutor que pediu a audiência.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Mas a gente recebe desde visitas, pessoas que querem fazer uma visita...

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Mas não é o caso, o caso é uma audiência agendada e, inclusive, marcada na agenda, para discutir, exatamente como diz o Banco Rural, com a única finalidade de discutir a liquidação do Banco Mercantil de Pernambuco. Seria um assunto que estaria mais ligado à área do Ministro da Fazenda, talvez.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Mas isso era assunto de interesse público, era assunto de interesse do Governo? Isso, de alguma forma, poderia passar pela Casa Civil? Pela Casa Civil, passam quase todos os assuntos que resultam de iniciativa legislativa. O senhor sabe que quem consolida e quem negocia matérias que são... ou matérias de conflito ou matérias de disputa entre Ministérios é a Casa Civil. E, por essa razão, muita gente procura a Casa Civil para apresentar as suas demandas e as suas reivindicações.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Perfeito. Com relação à postura do Governo, ele tem dito — e eu pergunto se V.Exa. acredita — que o Governo está sendo isento e não interferirá em favor de quem quer que seja e, se for preciso, cortará na própria carne. V.Exa. acredita que tem sido essa a postura do Governo do Presidente Lula, no tocante às investigações?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - A atitude do Presidente sempre foi essa. Em todos os momentos, o Presidente pedia para que nós não interferíssemos na Câmara nem na eleição do Presidente da Casa nem na instalação de CPI nem em qualquer tipo de investigação.



**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - V.Exa. não acha estranho que, com base nessa premissa, o ex-Ministro José Dirceu arrolasse Ministros da atual administração para defendê-lo? Não contraria, pelo menos em tese, não contrariaria essa premissa de que o Governo não irá interferir para defender quem quer que seja?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - O Deputado José Dirceu arrolou testemunhas. Eu acho que não deve ter examinado, primeiro, a função nem o que cada uma das suas testemunhas tinha como exercício naquele momento. Tanto é que há 3 Deputados, 1 Ministro e 1 escritor que são testemunhas que eu creio que ele julgou procedentes para esse episódio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Mas todos eram Ministros à época da convocação, exceto, obviamente, o escritor.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Isso pode ter sido uma coincidência.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - O ex-Ministro José Dirceu deixou o Governo, alegando que iria, na condição de Deputado, se defender. V.Exa. acredita que ele realmente deixou o Governo para, na condição de Deputado, se defender, ou ele passou a ser uma pessoa, digamos, que criava problemas para o Governo, e o Governo buscou essa alternativa para tirá-lo da administração do Poder Executivo?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Eu creio que é muito difícil, Deputado Carlos Sampaio, analisar as pessoas, como dizia Ortega y Gasset, fora das circunstâncias. O homem é o homem e as suas circunstâncias. Se o Deputado José Dirceu, como Ministro, criou algum tipo de problema para o Governo, eu posso testemunhar também inúmeras soluções importantes para problemas do Governo que ele ajudou a construir.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Não, eu só pergunto no sentido se ele, efetivamente, na sua opinião, deixou, como afirmou, a condição de Ministro para se defender como Deputado. Ele alegou isso. Essa foi a motivação para ele ter saído. Eu sei os relevantes serviços que ele prestou.



**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - É evidente que ele veio também se defender como Deputado, mas não podemos esquecer que a escolha dos Ministros, em última instância, é uma prerrogativa do Presidente da República.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Eu justifico a minha colocação porque ele disse que deixa de ser Ministro para se defender como Deputado e, estranhamente, alega, na sua defesa como Deputado, que não poderia responder por nada porque à época era Ministro. Então, pareceu-me uma incoerência — deixo de ser Ministro para me tornar Deputado e me defender — e a defesa dele como Deputado é o fato de ele ser Ministro, e, portanto, que ele não podia praticar atos atentatórios ao decoro parlamentar, enquanto Ministro. Só por isso fiz essa referência.

Outra pergunta, e já estou finalizando. Logo que assumiu a Secretaria da Coordenação Política, V.Exa. herdou o caso Waldomiro Diniz e fez uma sindicância a pedido do Presidente da República, cujas conclusões V.Exa. disse que não se recorda bem — e até acho compreensível. Eu lhe pergunto: nesse momento, no episódio Waldomiro Diniz uma luz vermelha não teria sido acesa no sentido de que poderia haver uma interferência direta da Casa Civil sobre Parlamentares? V.Exa. não ficou com essa preocupação?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Não me passou em nenhum momento, porque eu já conhecia a relação da Casa Civil com o Congresso, principalmente com a Câmara, de 2003, quando eu fui Líder, e eram relações baseadas na política, na negociação política e na disputa política quando existia. Quando eu assumi essa responsabilidade, continuei tomando conta da política. A minha Secretaria tinha também como responsabilidade a liberação das emendas, junto com os Ministérios. E eu dei essa função a uma pessoa na qual eu tinha absoluta confiança. E nunca notei, nem percebi qualquer anormalidade nas relações, nem do Governo, nem da Casa Civil com o Congresso, com os partidos e com os Deputados.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - O senhor tem, evidentemente, assessores e deve ter um que responda diretamente ao senhor pelas atividades enquanto Ministro que era. Eu lhe pergunto: esse assessor especial, essa pessoa vinculada a V.Exa. enquanto Ministro, que fazia a interface de V.Exa., dentre as



inúmeras funções que tinha, é uma pessoa que V.Exa. conhece bem, conhece a história e, portanto, tem confiabilidade no seu proceder, no proceder dele, assessor?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Claro, porque, do contrário, seria difícil você ter segurança para o exercício da sua função. Eu, com os meus assessores, com os quais eu nem sempre tinha tempo para despachar, às vezes é mais na base da confiança mesmo, você acha que ele está fazendo uma coisa certa... e ter certeza de que eles estão fazendo uma coisa certa com base na confiança, porque...

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Relação de confiança.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - ...o assessor que faz coisa errada geralmente não diz ao chefe. Ele faz, depois você fica sabendo.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Mas, deixe-me lhe dizer: V.Exa. fala que nem sempre tinha oportunidade dessa convivência. No caso Waldomiro Diniz, ele era amigo do Ministro José Dirceu há 12 anos, e por 2 anos moraram sob o mesmo teto. Acho que tinham oportunidade de despachar, de conversar. Não é minimamente estranho que ele não soubesse de nenhuma atividade do Sr. Waldomiro Diniz junto ao Parlamento — isso para não entrar na seara de que a questão lá dos bingos, a questão da Gtech —, que ele não soubesse de absolutamente nada de um amigo pessoal com o qual dividia o mesmo teto?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Olha, eu acho que não, porque o próprio Waldomiro confirma isso. As coisas que aconteceram foram todas anteriores às denúncias, inclusive aquela do Cachoeirinha foi antes de o Waldomiro assumir qualquer responsabilidade na Casa Civil. E as pessoas que fazem coisas erradas, por mais que sejam relações de confiança..... E o senhor sabe, Deputado, o senhor também deve ser pai, o senhor sabe que nem o filho conta para o pai o que faz de errado, quanto mais aos outros.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Trad) - Deputado, sem limitar o seu eficiente trabalho, vamos apressar para atender a solicitação de terceiros.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Última colocação tão-somente para dar ciência a todos, porque é um fato que aconteceu no início de 2004, que até pela posição do Ministro José Dirceu e pela relevância dos serviços e pela sua história, tomei o maior cuidado de nunca trazer isso à luz.



Fiz uma representação na Procuradoria da República à época do episódio Waldomiro Diniz por entender que a vinculação de ambos... teria havido por parte do Ministro José Dirceu no mínimo uma omissão que a gente diz *in eligendo*, quer dizer, ao elegê-lo, ou minimamente uma omissão na vigilância da sua ação. E essa representação foi recebida pela Procuradoria Geral e hoje tramita um procedimento de investigação por ato de improbidade administrativa por parte do Ministro José Dirceu.

É um fato que trago à luz porque em todas as vezes que o ouço, ele diz: não há nenhuma investigação contra mim; não há absolutamente nada contra mim.

Então, existe, sim, a Procuradoria da República recebeu e esse procedimento está tendo andamento normal na Procuradoria da República em Brasília.

Agradeço ao depoente a paciência e também a V.Exa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra o Deputado Edmar Moreira.

**O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA** - Sr. Presidente, Sr. Relator, componentes deste Conselho, inicialmente, quero ratificar de público a admiração e o respeito que tenho pelo nobre Deputado Aldo Rebelo pela sua seriedade e pela sua competência que sempre demonstrou em todas as lides aqui nesta Casa.

Sr. Presidente, aprendi no quartel que quando a tropa está de barriga vazia eles dão vaia até em 1 minuto de silêncio. Então, serei bem objetivo. Precisamos modificar esse Regimento. É um Regimento repetitivo. Temos um exemplo agora, a CPMI dos Correios que foi instalada e, posteriormente, a CPMI do Mensalão. Era uma limitada, outra limitada, parece que agora fizeram uma S.A., os dois Relatores, esse põe, esse tira, esse vai, esse não vai, e vem aqui para o Conselho de Ética.

Então, estaria até, Presidente Nelson Trad, subestimando o nosso convidado, a ilustre testemunha, se eu partisse para essas perguntas: você viu, como é que foi, que horas, foi, não foi, múltipla escolha, certo ou errado. Isso não leva absolutamente a nada, não leva absolutamente a nada. Nobre Deputado Aldo Rebelo, prestei muita atenção em toda a sua fala e dois destaques de V.Exa. me chamaram particularmente a atenção.





Um deles, V.Exa. disse assim: eu e o José Dirceu já batemos muito juntos e fomos falados diferentes. Ficou uma indagação.

E outra, V.Exa. disse: com certeza a personalidade do José Dirceu foi forjada, moldada ou desenvolvida, não sei bem a expressão que V.Exa. usou, na clandestinidade.

Se alguém estivesse ouvindo uma afirmação dessa por intermédio do rádio, não fosse ao vivo e em cores, e que não soubesse com certeza com que intenção V.Exa. disse isso, seria com certeza altamente pejorativo, porque formar uma personalidade na clandestinidade evidentemente não é recomendável. Mas sei, estou apenas fazendo essa observação, pela amizade e pelo respeito que V.Exa. tem ao Deputado José Dirceu, que o senhor jamais faria qualquer alusão nesse sentido depreciativo ou pejorativo. Porém, apenas farei a V.Exa. uma indagação repetitiva, mas o farei porque com certeza a sua resposta será muito franca e aberta. Considerando que o Sr. Delúbio Soares, Silvio Pereira e Marcelo Serena pertenciam à chamada tendência majoritária do PT, cujo comandante em chefe dessa tendência majoritária era ou é o então Deputado José Dirceu, e considerando a disciplina partidária, essa hierarquia rígida, como o senhor faz uma avaliação desse verdadeiro saque que houve aos cofres públicos, essa rapinagem que houve aí, de norte a sul, de leste a oeste, tendo em vista que foi executada — e ele é réu confesso — pelo Sr. Delúbio Soares, que operacionalizou tudo isso através de seu Marcos Valério?

O senhor, como um homem que, de certo modo, é *expert* em personalidade de José Dirceu, pelo que o senhor citou aqui, imaginaria que o José Dirceu, um homem sério, um homem vivido, um homem que tem uma biografia de luta, um homem que, para mim — eu nunca privei da intimidade dele, meu caro Nelson Trad —, tem uma personalidade muito forte, muito forte mesmo... Ele sabe o que quer, ele vai, haja vista o discurso que ele fez na Casa Civil quando então deixava o cargo para a camarada Dilma Rousseff. Então, ele é um homem realmente determinado.

Isto posto, o senhor acha que tudo isso ocorreu absolutamente sem que ele tivesse conhecimento direta ou indiretamente, em maior ou menor proporção?

Era só isso.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Nobre Deputado Edmar Moreira, se V.Exa. me permite, é até a oportunidade de registrar que a referência que fiz não foi



à personalidade, eu falei de cultura política. A cultura política das pessoas, ela é formada de acordo com o ambiente, com aquilo que você vive. Eu disse que o Deputado José Dirceu teve a sua vida, desde a juventude, marcada pela clandestinidade, até porque não havia a vida democrática no Brasil, enquanto que outras gerações que já amanheceram para a luta política num ambiente de maior democracia ou de abertura política tiveram uma outra formação, uma outra experiência. Permita-me discordar de V.Exa. quando faz referência a saque nos cofres públicos. Eu não vi nenhuma CPI apresentar qualquer evidência de saque nos cofres públicos no Governo do Presidente Lula. Nenhuma evidência. Aliás, a CPI ainda precisa esclarecer de onde vieram os recursos dos empréstimos, porque até agora não foram esclarecidos. Eu creio que é preciso, a bem da verdade, que se diga que, contra o Governo do Presidente Lula, não se provou nada, nem que esse dinheiro tenha vindo dos Correios, da PETROBRAS, da ELETROBRÁS, não sei de onde. Isso tudo ainda é uma tese na qual se apoia a Oposição, mas que precisa ainda de comprovação. O que há de concreto até agora são os empréstimos, e as investigações ainda não concluíram sobre as origens desses empréstimos. Se o Ministro José Dirceu sabia ou não sabia dos empréstimos, só posso me basear por confiança política nas palavras dele, eu não posso ir além disso. Quem eu mais conheço e onde posso depositar maior confiança entre tudo o que foi dito até agora é no Ministro José Dirceu. Se ele está dizendo que não sabia, eu, naturalmente, acredito que não sabia. Posso deduzir, por experiência própria de campanhas e mais campanhas das quais participei, que não há atividade mais solitária do que a atividade do tesoureiro. É difícil alguém aparecer para ajudar um tesoureiro a alguma coisa. Já fui tesoureiro desde de time de futebol, no ginásio. Para comprar camisa, chuteira etc, ninguém quer saber, todo mundo quer receber a chuteira, a camisa, o ônibus para viajar para a cidade e ir jogar com o outro time. E o dinheiro para arrecadar isso?

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** – *(Intervenção fora do microfone.)*  
Solitária para arrecadar e solidária para dar...

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Então, eu não sei se esse tesoureiro do PT contou com muita ajuda e com muito apoio e com muita solidariedade dentro do partido para resolver as dívidas que ele tinha. Sinceramente, eu duvido. Portanto, eu



acho que, como até agora o que há é a palavra empenhada, da acusação e da defesa, eu acho que, se o Ministro José Dirceu diz que não tinha conhecimento, é porque, naturalmente, não tinha conhecimento. E eu não sei exatamente como numa situação que se mostrou de grande dívida do partido, de 2002 e de 2003, se o partido não teria autonomia, e o seu tesoureiro, para ir atrás dos recursos, e se precisava de conselhos para saber como fazer isso. Sinceramente, eu não sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Trad) - A Presidência chama o Deputado Orlando Fantazzini, o último titular inscrito, para, depois, antes de suspender a nossa sessão, convocar o suplente, Deputado Cezar Schirmer, que heroicamente resiste até este momento conosco.

**O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER** - Acabei de desistir, Excelência.  
(Risos.)

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Deputado Aldo Rebelo, vou fazer poucas perguntas, até porque fiquei para o final, e quase todas já foram formuladas, e eu não vou ser repetitivo.

V.Exa. foi Líder do Governo em 2003 e, após a Liderança, assumiu o Ministério da Coordenação Política. Portanto, V.Exa. teve trânsito e bom acesso ao Palácio do Planalto. Quer dizer, V.Exa. tinha por obrigação cumprir essa função.

Minha pergunta é: nesse trânsito, V.Exa. se deparou — não se reuniu; olhe a diferença —, se deparou por várias vezes, no Palácio, com Sílvio Pereira, Delúbio, José Genoíno?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Com José Genoíno, sim, algumas vezes, e umas duas ou três vezes no meu gabinete. Com o Sílvio Pereira e o Delúbio, em nenhum momento.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não, isso não... Eu não estou dizendo reunião, eu estou dizendo...

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Nem encontrar; nunca vi.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Nem quando era Líder e transitava no Palácio, nunca os viu pelo Palácio?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - O Genoíno, sim; o Delúbio e o Sílvio, não.



**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - E quando se reunia com o Ministro José Dirceu, na qualidade de Líder, também nunca encontrou com eles no Palácio?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Nunca encontrei.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - O senhor disse que o Waldomiro... Quando perguntado pelo Deputado Chico Alencar, o senhor disse que não se recordava exatamente do resultado da sindicância — não é? —, mas que não se recordava de nenhuma apuração ou resultado que imputasse ao Sr. Waldomiro alguma ação no campo político, embora ele tivesse uma ação aqui dentro do Parlamento, uma ação política, inclusive, provavelmente com um relacionamento com V.Exa., até porque era Líder do Governo à época.

Quer dizer, o Waldomiro, não recaiu sobre ele, nessa sindicância, nenhuma responsabilização nas relações políticas aqui com o Parlamento?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Não.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Aliás, é bom que se diga, que todo mundo se recorde disso, que o Waldomiro Diniz era uma pessoa até querida e respeitada aqui durante todo o tempo, pois muito prestativo com os Parlamentares. Nunca recebi dele nenhum tipo de queixa, nem dos Parlamentares, e nunca nenhum Deputado e nenhum jornalista fez qualquer referência desairosa à atividade do Sr. Waldomiro Diniz. Nunca ouvi, nem de Parlamentares, nem de jornalista, qualquer referência às atividades dele. A sindicância foi feita, foi enviada ao Ministério Público, à Presidência da Câmara e do Senado, à Controladoria-Geral da União e à Advocacia-Geral da União, para as medidas julgadas adequadas.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Assim que o Sr. Waldomiro foi demitido, foram mantidas as duas senhoras que eram suas assessoras, a Gisele e a Ana Cristina. Foi decisão própria de V.Exa. mantê-las ainda, ou foi a pedido do Waldomiro ou a pedido do Ministro José Dirceu?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Não. Depois que o Waldomiro foi demitido do Palácio, a primeira vez que eu encontrei o Waldomiro e que falei com ele foi no aeroporto, aqui em Brasília, uma semana ou 15 dias. Nunca troquei



nenhum telefonema com ele, nunca me pediu nada. Foi uma decisão minha e uma decisão do Subchefe da Secretaria de Assuntos Parlamentares, que considerou que elas podiam ficar por lá.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - V.Exa. me deixou curioso, porque disse que quando dialogou com o Deputado Roberto Jefferson, dizendo a ele que a CPI poderia esperar, que teria as investigações próprias... E fez menção até de um caso que foi à tribuna, que é o caso das investigações dos grampos... Qual foi o resultado, o senhor sabe, das investigações feitas pela Polícia Federal nesse caso?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Eu vi, no caso do Silveirinha, eu vi aí pela televisão. No caso dos grampos, eu, sinceramente, não sei o que foi o... Sei que foi bater no Supremo Tribunal Federal, me parece. E lá o Supremo tomou uma decisão que eu também não acompanhei, porque não era o interessado maior na matéria.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não, eu lhe pergunto porque eu fiquei curioso, porque, quando nós apostamos na não-investigação de uma CPI, é porque confiamos que de fato as investigações da Polícia Federal vão ter o resultado. E lhe confesso, defendia a todo momento assinar, e não me recusei a retirar a assinatura da CPI, até porque na maioria dos casos em que as investigações decorrem na Polícia Federal, pelo menos na história, no passado, dificilmente tínhamos um resultado. E nesse caso aqui eu gostaria de saber, porque eu me recordo do episódio, mas não lembro de nenhuma conclusão, até hoje, desse caso. Então, por isso que, enquanto petista, assinei, me recusei a retirar a assinatura, até pelo histórico passado de que várias investigações que se deixaram por conta da Polícia Federal ou de outros organismos, muitos deles até hoje não sabemos os resultados, principalmente quando envolve questões onde há políticos como foco das investigações.

Só mais duas perguntas, e eu encerro. Uma outra que me deixa muito curioso: muito se fala que o Deputado Roberto Jefferson fez menção ao Presidente Lula sobre eventuais pagamentos aqui a Parlamentares. E V.Exa. esteve numa reunião. Confirmou aqui que ouviu. Qual foi o termo utilizado? Porque ele pode dizer assim: *“Presidente, tem partido comprando Deputado; Presidente, tem gente do*



*Governo comprando Deputado; Presidente, tem gente do seu partido comprando Deputados.” Qual foi a argumentação? Em que termos ele explicitou isso ao Presidente Lula?*

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - O senhor sabe, Deputado, que as reuniões com o Presidente da República obedecem, não só na forma, mas também na linguagem, determinados ritos, determinadas formas que as pessoas usam para se dirigir ao Presidente da República. Então, como eu já disse, as referências que o Deputado Roberto Jefferson fez ao suposto pagamento a Deputados aqui na Casa foi no final de uma reunião, com alguns dos integrantes da reunião já de pé, alguns já se dirigindo à porta, para saída. Permaneciam sentados o Presidente e o Deputado Roberto Jefferson, talvez mais um outro. E eu não sei exatamente quais foram as expressões usadas.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** – Ah! Então, o senhor não ouviu? O senhor não ouviu ele falando?

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Ouvi que ele fez referência que é preciso ter cuidado ou levar em conta que pode estar havendo pagamento para Deputados dentro do Congresso, mas as expressões exatas eu não tenho como me lembrar depois de meses, e numa coisa tratada em final de reunião. Eu sei que ele tratou do assunto e que o Presidente pediu que o Deputado Arlindo, que já estava se retirando, voltasse, e comigo pediu as informações sobre aquilo que havia dito o Deputado Roberto Jefferson.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Mesmo tendo sido um fato, assim, gravíssimo, o senhor não memorizou. Porque tem algumas coisas que marcam para nós. Por exemplo, tem algumas declarações do Deputado Roberto Jefferson que para mim estão marcadas até hoje, em razão da gravidade. Mas, nesse caso, V.Exa. não se recorda.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - As palavras eu não memorizei. Acho que o mais importante é ter memorizado a idéia, o assunto e o fato. Acho que isso é que é o mais relevante.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não, porque para nós do Conselho de Ética o mais importante era saber se o Deputado Roberto Jefferson



fazia menção de que era o Governo, alguém do Governo é que estava pagando, alguém dos partidos, ou entre partidos. Isso para nós é o relevante das investigações.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Não, em nenhum momento ele acusou o Governo de fazer isso. Nem aqui no Conselho de Ética ele disse tal coisa.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - A última pergunta era a questão das competências da Casa Civil, mas o nobre colega já o fez. A mim me estranha que a Casa Civil tenha tratado de questões relativas ao Ministério da Fazenda ou ao Ministério das Telecomunicações, como é o caso da Portugal Telecom. Mas V.Exa. já respondeu entendendo que sendo de interesse do Governo todos poderiam tratar. Espero que não o Ministro da Saúde, embora tenhamos um Ministro da Fazenda que seja médico. Mas, na sua opinião, a saída do Ministro José Dirceu se deveu ao fato de ele ter preferido vir a esta Casa para fazer a sua defesa, ou a motivação foi justamente o depoimento do Deputado Roberto Jefferson aqui. É uma opinião, e peço sua opinião, porque V.Exa. ainda era Ministro, houve reunião no Ministério. Então, por isso eu gostaria de ouvir sua opinião.

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - Aliás, Deputado, sabemos que na política todo mundo trata de tudo. Eu recebia visitas de pessoas querendo discutir questões da saúde, da educação, do transporte, do esporte, da energia nuclear, de tudo no mundo. As pessoas querem discutir com os políticos, com quem pode ouvi-los, ouvir uma opinião, uma tese. É natural que na política seja assim, ainda mais na Casa Civil, pela importância que tinha o Ministro José Dirceu, por ser a Casa Civil a instância que consolida projetos, decretos, medidas que disciplinam assuntos do Governo, do Poder Executivo. E eu considero isso muito natural. Eu sempre achei que, quando a Oposição investisse contra o Governo ou contra os Ministros do Governo, ela teria como alvo preferencial o Ministro José Dirceu. Eu sempre achei isso, pelo que ele representava para o seu partido e para o Governo. Sempre tive a presunção de que o Ministro José Dirceu era o Ministro mais importante do Governo, não apenas visto de dentro do Governo, mas também pela Oposição, pela sua história, pela sua trajetória, pelo que ele representava para o imaginário de quem via no Governo do Presidente Lula uma coisa que ia mudar o País, que ia ter compromisso com determinado discurso, com uma determinada história. Quem



melhor ilustrava esse imaginário e essa história? Na minha opinião, dentro do Partido dos Trabalhadores, o Ministro José Dirceu, mais do que o Ministro Palocci, que, aliás, é o segundo médico a ser Ministro da Fazenda. No Governo Campos Sales teve o Joaquim Murinho, que também era médico. Então, o Ministro José Dirceu tinha essa imagem. E acho que ele foi um certo alvo por suas qualidades, por sua história e também pelas suas deficiências e seus defeitos, como as têm os homens públicos. E acho que a saída dele é um pouco o resultado e o desfecho desses choques, desses conflitos que perseguem até os dias de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Trad) - A Presidência do Conselho agradece a V.Exa. pela relevância da oitiva, em função de um desate justo para esse procedimento.

Suspendendo a reunião por 25 minutos, convocamos para a oitiva da testemunha o Deputado Eduardo Campos, assim como notificamos os ilustres advogados para que estejam presentes, a fim de cumprir o preceito constitucional da garantia da ampla defesa.

*(A reunião é suspensa.)*